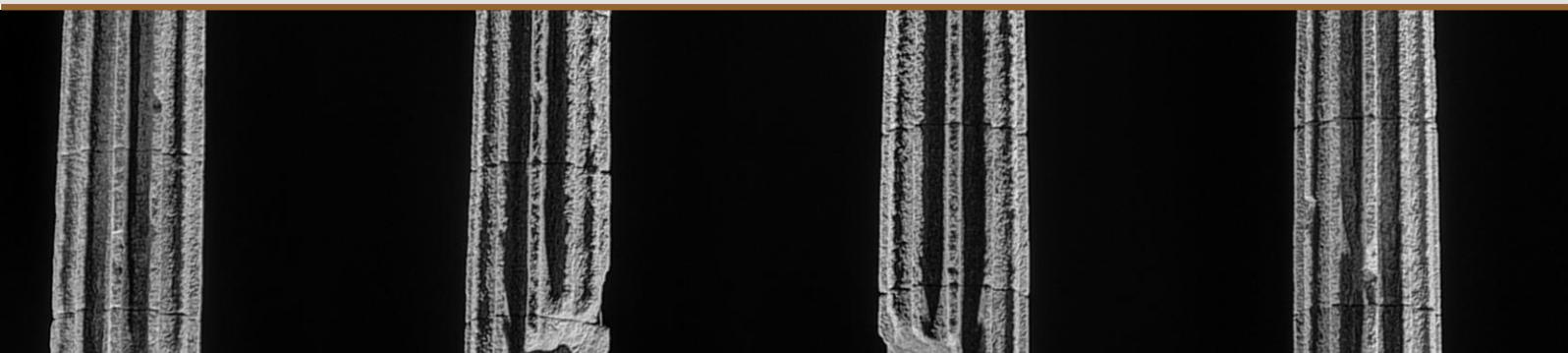




B OLETIM DO
ARQUIVO
DISTRITAL DE
ÉVORA

NÚMERO UM | JULHO 2014



E DITORIAL
BEM-VINDOS!

Os Arquivos e a Identidade do Alentejo

Entre 1926 e 1930 existiu o *Boletim da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora*. Hoje, já separadas estas duas instituições e passados 80 anos, o Arquivo Distrital de Évora cria um novo boletim para divulgar a sua atividade e os fundos documentais de que é detentor, bem como para dar a conhecer a atividade e os acervos de outras entidades do distrito. Pretende-se, ainda, promover a história regional e local, a disciplina arquivística e a gestão pública relacionada com os arquivos abrindo o boletim a quem estiver interessado em nos enviar artigos.

O boletim que ora é criado obteve a chancela do senhor Diretor-Geral, Dr. José Manuel Cortês, e do senhor Subdiretor-Geral, Dr. Silvestre Lacerda, sendo apenas disponibilizado online e com uma periodicidade desejavelmente semestral. Por ele chegaremos a mais gente, veiculando as notícias de um setor de atividade cada vez mais dinâmico e comprometido com o desenvolvimento regional, a modernização administrativa e a preservação e disponibilização do património cultural. Os arquivos unem hoje o passado e o presente, projetando-se, cada vez mais, como fatores de progresso no futuro. Não são um peso morto mas antes fonte de oportunidades em sociedades desenvolvidas em que os cidadãos usufruem dos seus direitos e cultivam a sua

identidade. E o Arquivo Distrital garante boa parte da identidade de todos nós, alentejanos, conservando os testemunhos de tempos idos que nos deixaram muito do que hoje somos e temos. Por isso, este arquivo persiste como mais um pilar numa época em que o interior se esvazia de pessoas. Ele contém as raízes da diferença num mundo cada vez mais globalizado e uniforme.

Ao chegar a Évora reencontrei um Alentejo pujante e aberto aos arquivos, com iniciativas no terreno, como foram as do Arquivo Fotográfico do Município de Évora, que arrastaram muito público. O Arquivo Distrital contribuiu também para essa dinâmica com a realização de um *Open Day*, para assinalar o Dia Internacional dos Arquivos, com a divulgação de documentos no *site* e no Facebook, com a inauguração de uma exposição sobre genealogia, com a colocação de duas exposições virtuais *online* e com a participação na Feira do Livro de Évora, durante a qual organizou várias Oficinas Educativas.

Todavia, não perdemos de vista a função principal dos arquivos, que é a salvaguarda, o tratamento e a disponibilização das espécies documentais, tendo sido digitalizados, descritos e disponibilizados alguns milhares de documentos e imagens. É aí que empenhamos os nossos dias.

Jorge Janeiro Diretor do Arquivo Distrital de Évora

Finalmente, a última palavra deste editorial vai para o anterior Director, Dr. Pedro Pereira, cujo trabalho árduo deixou marcas nesta casa e a quem desejamos as maiores felicidades no futuro.



N OTÍCIAS
ARQUIVO
DISTRITAL DE
ÉVORA

Visitas Técnicas

Dando execução à atribuição de superintendência técnica e normativa a todos os arquivos do Estado, Autarquias Locais e empresas públicas constante na Lei Orgânica da DGLAB, realizou o Arquivo Distrital de Évora, no dia 2 de maio, uma visita técnica ao sistema de arquivo do Tribunal de Montemor o Novo, tendo sido recebido pela senhora Secretária Dra. Lídia Curto.

As visitas técnicas são um valioso instrumento para o diagnóstico da situação arquivística do Distrito, destinando-se a caracterizar os sistemas de arquivo, a verificar as condições de preservação dos documentos e a planear as incorporações no Arquivo Distrital.

Recomendação de aplicação de Portarias de gestão de documentos

O Arquivo Distrital de Évora, no âmbito da promoção das Boas Práticas de Gestão de Documentos recomendou aos municípios e aos tribunais a aplicação das respetivas Portarias de gestão de documentos, caso ainda não tenha sido efectuada no presente ano. A seleção e eliminação de documentos e o envio dos duplicados dos autos de eliminação para a DGLAB ou Arquivos Distritais, consoante os casos, é obrigatória quando as instituições tenham Portaria de gestão de documentos.

Visita dos Presidentes de Câmara do Distrito de Évora

No dia 17 de Junho o Arquivo Distrital recebeu a visita da maioria dos Presidentes de Câmara do Distrito de Évora e do Presidente da Agência de Desenvolvimento do Alentejo (ADRAL), no âmbito de um convite dirigido pelo Diretor deste arquivo ao Primeiro Secretário da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central (CIMAC), Arq. André Espenica. Durante a visita os presidentes tiveram a oportunidade de ver a documentação do ADE e de ficar ao corrente do projecto de implementação do Plano de Classificação da Informação Arquivística da Administração Local e de conhecer as potencialidades da Rede Portuguesa de Arquivos.



Incorporações Obrigatórias

Os tribunais, conservatórias do registo civil e notários, findos os respetivos prazos de conservação administrativa, devem obrigatoriamente remeter documentação para os Arquivos Distritais. O Arquivo Distrital de Évora assegura o armazenamento, o tratamento e a disponibilização dessa informação, criando condições para que as incorporações se realizem com a regularidade exigida na lei.

ADE no programa Portugal em Direto

No dia 4 de Junho o Arquivo Distrital de Évora participou na edição do programa televisivo de âmbito nacional da RTP, *Portugal em Direto*, para assinalar o Dia Internacional dos Arquivos. A jornalista Teresa Marques entrevistou o Diretor, Jorge Janeiro, e a técnica superior, Paulina Araújo, acerca das atividades inseridas no *Open Day* realizado no dia 5 de Junho, e sobre a documentação existente no Arquivo Distrital.

Exposição Fotográfica de Eduardo Nogueira

Está patente ao público no Palácio de D. Manuel, entre 20 de Junho a 30 de Julho, a exposição intitulada *Eborenses, Retratos de Eduardo Nogueira*, organizada pelo Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora.

Natural de Fatela (Fundão), Eduardo Nogueira (1898-1969) veio para Évora em 1928, instalando-se na Rua de Avis, 24, local onde anteriormente estivera a Photographia Lisbonense de Ricardo Santos.

Ao longo de quatro décadas, Eduardo Nogueira irá retratar o quotidiano público e privado da cidade, captando momentos marcantes do ciclo de vida dos seus habitantes, desde o nascimento à morte.

Profissional competente, foi homem multifacetado, com interesses variados nas áreas da literatura e da pintura. Para além da sua actividade comercial, participou em diversas exposições nacionais e internacionais, tendo obtido diversos prémios e distinções, não tendo, contudo, integrado qualquer associação ou grupo fotográfico.

As fotografias expostas datam do período compreendido entre 1930 e finais de 1950. Um primeiro conjunto, que poderíamos classificar como imagens/documentos, são retratos realizados por encomenda e destinados a registar a realidade vivida, e um segundo conjunto composto por retratos artísticos, desvinculados da reali-

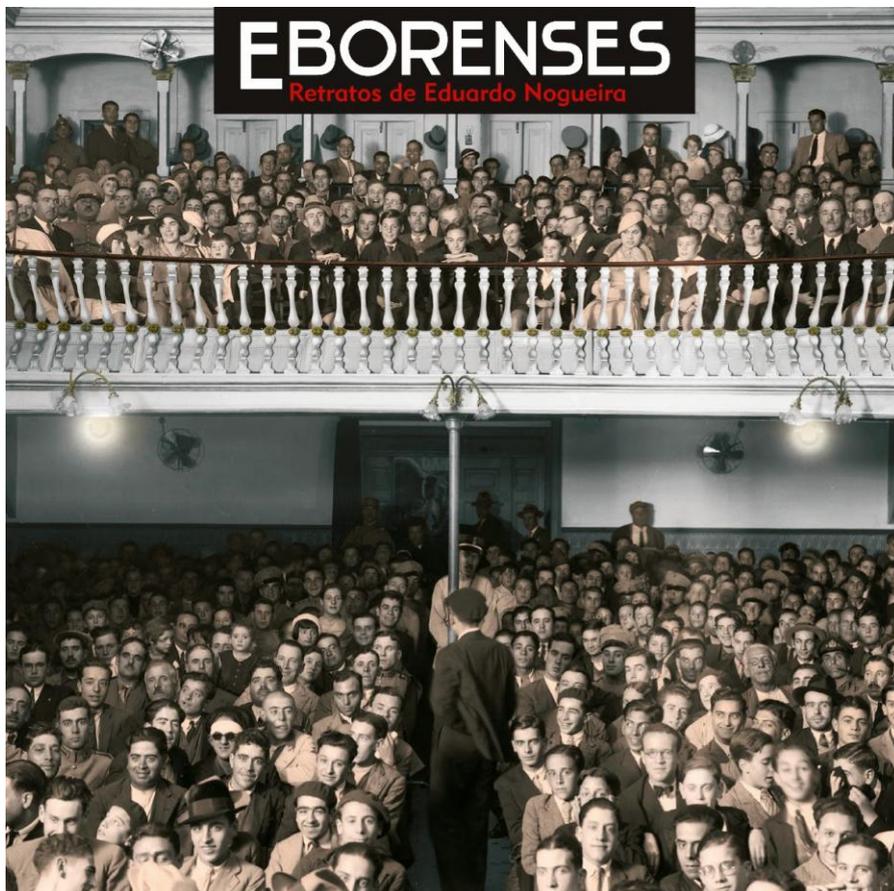
Texto acessível no site do Arquivo Fotográfico: <http://www2.cm-evora.pt/arquivofotografico/noticias.htm>

dade e exclusivamente preocupados com cânones estéticos e de composição fotográfica.

O conjunto expositivo representa, assim, uma visão parcelar da realidade económica, social e cultural eborense, correspondendo a um conjunto de códigos sociais, característicos de uma sociedade fortemente estratificada como era o de Évora naquele tempo.

Não obstante, lançam luz sobre a continuidade dos rituais da vida social de que um dia fizeram parte. Testemunham a maneira como cada comunidade fotografada se deixava fotografar, deixando intuir um inventário de situações e valores de cada grupo, um propósito de legitimação e memória, quer para a família, quer para o grupo, quer para a empresa fotografados.

Esta é a terceira vez que o Arquivo Fotográfico da CME expõe retratos de eborenses. Conscientes do papel sagrado, social e psicológico que cada imagem encerra, procurámos criar um discurso expositivo que refletisse o respeito pela substância humana armazenada na memória fotográfica, deixando falar o silencioso passado com toda a sua insolúvel complexidade.



Documentos digitais disponibilizados on-line

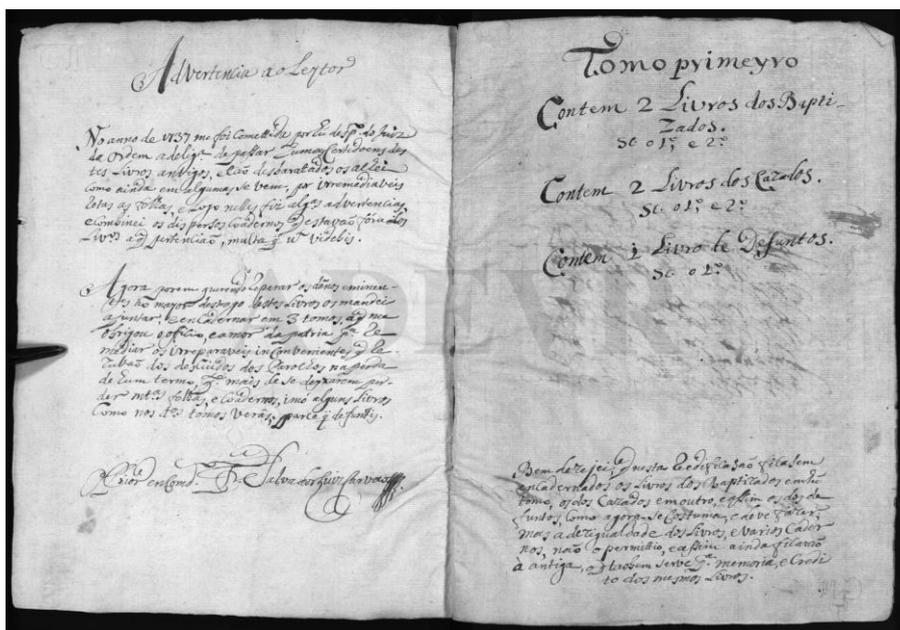
No primeiro semestre de 2014, foi disponibilizada, no site do Arquivo Distrital de Évora, a documentação digital dos fundos paroquiais de Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora do Loreto de Juromenha, São Brás dos Matos e Nossa Senhora do Rosário (Alandroal); Veiros (Estremoz); São Manços (Évora); Santa Maria da Alagoa (Portel); São Marcos do Campo, São Pedro do Corval, Monsaraz, Reguengos de Monsaraz, São Tiago, Caridade e Vidigueiras (Reguengos de Monsaraz); Landeira e Vendas Novas (Vendas Novas), Mora, Mourão e Portel. Também se encontra disponível online o fundo do Cartório Notarial de Vimieiro.

Novas Incorporações

Durante o 1º semestre de 2014, efetuou-se a incorporação de 14 metros lineares de documentação proveniente do Tribunal de Portel.

Arquivo Distrital de Évora promove voluntariado

O Arquivo Distrital de Évora tem vindo a acolher várias voluntárias dos cursos de Ciência da Informação e da Documentação da Universidade de Évora, estando aberto à participação de mais voluntários. O voluntariado destina-se a dotar as participantes de experiência prática de trabalho em arquivo, de modo a que estejam aptas a iniciar a sua carreira num distrito em que boa parte das autarquias e dos organismos da Administração Central do Estado apresentam carências nesta área.

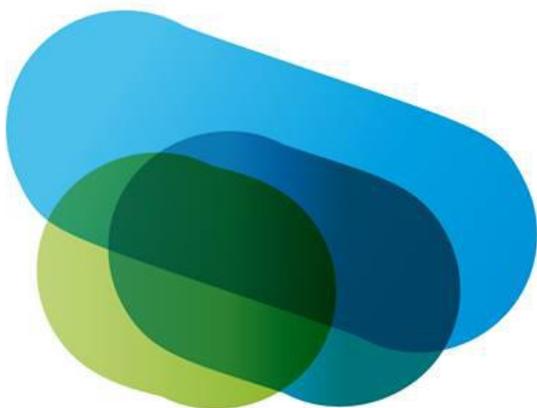


Paróquia de Veiros, primeiro Livro Misto.

Arquivo Distrital de Évora participou na Feira do Livro

Em resposta ao desafio lançado pela Câmara Municipal de Évora, o Arquivo Distrital de Évora, participou na Feira do Livro, que esse ano decorreu no Jardim Público, no âmbito da Feira de São João. Além da venda de publicações, o Arquivo dinamizou uma oficina pedagógica destinada aos mais jovens e também duas sessões de iniciação à Paleografia e a Genealogia, que contou com uma boa adesão do público.





encontro internacional de arquivos

Da Produção à Preservação Informacional:
Desafios e Oportunidades

Universidade de Évora recebe Encontro Internacional de Arquivos em outubro

O Encontro Internacional de Arquivos, com o tema “Da produção à preservação informacional: desafios e oportunidades”, irá decorrer nos dias 3 e 4 de outubro na Universidade de Évora. Esta iniciativa pretende constituir-se como um fórum de debate e de partilha de conhecimentos, contribuindo para o reforço das competências dos profissionais de informação no exercício da sua atividade.

Vidigueira adere à Rede Portuguesa de Arquivos

A cerimónia de adesão da Vidigueira à Rede Portuguesa de Arquivos decorreu no dia 30 de maio e contou com a participação do Executivo Municipal, dos estudantes e da população em geral. A Vidigueira é o primeiro município do Alentejo a aderir a esta rede, possibilitando deste modo o acesso à documentação do Arquivo Municipal através do Portal Português de Arquivos. Para efetuar pesquisas aceda a: <http://arquivo.cm-vidigueira.pt/>

Inauguração do Polo Cultural do Exército em Évora

No dia 26 de Junho foi inaugurado o Polo Cultural do Exército em Évora, tendo sido possível visitar a exposição estática sobre a I Grande Guerra, na qual Portugal participou. Este espaço pretende dinamizar atividades abertas ao público, nomeadamente, nas áreas ligadas à difusão da documentação do Arquivo Histórico Militar, acessível através do link <http://arqhist.exercito.pt/>

IV Workshop em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural

O Arquivo Distrital de Évora colaborou na organização do IV Workshop em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural, com a Escola de Ciências Sociais do Departamento de História da Universidade de Évora, que se realizou no dia 30 de maio, na sala 118 do Colégio do Espírito Santo, e que incluiu uma visita guiada às nossas instalações.



Visita de estudo da Escola Severim de Faria

No dia 6 de Maio, o Arquivo Distrital de Évora recebeu a visita de estudo dos alunos do Curso Tecnológico de Turismo da Escola Secundária Severim de Faria, da cidade de Évora. Foi mais uma oportunidade para dar a conhecer o trabalho que desenvolvemos e os espólios que temos ao nosso cuidado, bem como para divulgar a importância dos documentos para a preservação da memória coletiva.



Exposições Virtuais

Foram disponibilizadas mais duas exposições virtuais este ano para além da dedicada à Casa Pia de Évora (organizada por Francisca Mendes). Em Junho foram colocadas online as exposições intituladas *Passaportes* (organizada por Eduarda Fanha) e *Câmara Eclesiástica* (organizada por Paulina Araújo). Para visitar estas exposições aceda a:

<http://ade-vr.dglab.gov.pt/2014/03/06/di-sponivel-para-consulta-o-fundo-da-casa-pia-de-evora>

<http://ade-vr.dglab.gov.pt/2014/06/19/exposicao-virtual-intitulada-passaportes>

<http://ade-vr.dglab.gov.pt/2013/02/28/exposicao-camara-ecclesiastica-de-evora>

Números do Arquivo Distrital de Évora no 1º semestre de 2014

Leitores 708

Documentos consultados
15.168

Certidões emitidas: 14

Imagens digitalizadas: 52.264

Registos criados: 5.434

Visitantes: 108

Participantes nas Oficinas
Educativas: 82

E NTREVISTA
HORTÊNSIA

MENINO PLANO DE
CLASSIFICAÇÃO DA
INFORMAÇÃO
ARQUIVÍSTICA DA
ADMINISTRAÇÃO
LOCAL

Entrevista com Hortênsia Menino presidente da CIMAC

Hortênsia Menino deu uma entrevista exclusiva ao Boletim do Arquivo Distrital de Évora sobre o papel da CIMAC no apoio à gestão de documentos dos municípios, sobre o Plano de Classificação da Informação Arquivística da Administração Local (PCIAAL) e sobre a criação da Rede de Arquivos do Alentejo Central.

Qual é o papel da CIMAC no apoio à gestão de documentos dos municípios?

Neste momento a CIMAC não dá qualquer apoio no âmbito da gestão de documentos em suporte papel aos municípios. Em relação à gestão de documentos em suporte digital, está a iniciar-se o projeto de Modernização Administrativa “ModernizaçãoAC@2015”, promovido pela CIMAC que tem uma forte componente de reengenharia e desmaterialização de processos.

Pretende-se com esta intervenção, reduzir a quantidade de papel em circulação nos municípios; proporcionar uma melhor gestão na tramitação dos processos municipais; um melhor controlo de prazos dos mesmos, através da implementação de circuitos estruturados com workflows, bem como outros mecanismos que contribuam para uma gestão mais eficiente daqueles processos, e dessa forma também reduzir custos na administração pública.

Qual é a sua opinião sobre o novo Plano de Classificação da Informação arquivística da Administração Local que permite a utilização de códigos únicos para toda a Administração Pública?

Considero positiva a criação de um

instrumento que, ao promover a utilização de uma única estrutura para classificar e organizar a documentação de toda a administração pública, potencia uma maior eficácia na gestão dos serviços.

É uma boa ferramenta que melhora o serviço prestado na administração pública, facilitando as interações entre os vários níveis e organismos da administração e facilitando também o acesso aos cidadãos.

Como vê a possibilidade de se criar a Rede de Arquivos do Alentejo Central?

A Rede de Arquivos do Alentejo Central, tendo como objetivo a partilha de experiências, o apoio à resolução de problemas e o traçar de novas metas será um projeto interessante. A criação de uma rede desta natureza, também poderá vir a beneficiar a afirmação dos Arquivos do Alentejo no panorama dos arquivos a nível nacional.

Hortênsia Menino é licenciada em Geografia e ocupa desde 2013 a presidência da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central (CIMAC), entidade que agrega os 14 municípios do Distrito de Évora.



O PINIÃO
PLANOS DE
CLASSIFICAÇÃO
FUNCIONAIS
CURSOS EM
CIÊNCIAS DA
INFORMAÇÃO

Os desafios dos novos Planos de Classificação Funcionais

A ex-Direção-Geral dos Arquivos (D GARQ), atual Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB), tomou em mãos o arrojado empreendimento de desenvolver um sistema de classificação único para a informação arquivística que é produzida e circula nas instituições públicas.

A classificação arquivística da informação é um elemento essencial à recuperação da informação e à boa gestão do ciclo de vida dos documentos, permitindo a definição do prazo de conservação administrativa e, após o fim deste, do destino final. Por essa razão, surgiu desde cedo a preocupação de classificar os documentos.

Até meados da década de 2000, imperava a classificação de base orgânica, havendo, quando havia, um plano de classificação para cada instituição que mudava consoante as alterações orgânicas. Posteriormente, avançou-se para a classificação temática, com repercussões ao nível de alguns ministérios, nos quais se criaram planos de classificação ministeriais, transversais a várias entidades, com base na Macroestrutura Temática (MET). Todavia, a necessidade de as entidades comunicarem para além das fronteiras dos seus ministérios obrigou a uma nova abordagem, de natureza funcional, que assentou na identificação dos processos de negócio da Administração Pública (trabalho ainda em curso) e na

sua acomodação na classe de segundo nível correspondente à subfunção. A Macroestrutura Funcional (MEF), constituída por dois níveis, é o “chapéu” do Plano de Classificação Consolidado gerido pela DGLAB e que se encontra em construção gradual à medida que as entidades identificam processos de negócio.

Os planos de classificação conformes à MEF estão a aparecer. Todavia, a sua implementação enfrenta, nomeadamente, os seguintes desafios:

1. Ausência, por enquanto, de obrigatoriedade na sua adoção;
2. Desconhecimento, por setores da Administração Pública, deste instrumento e das suas potencialidades para a gestão da informação e da melhoria de processos;
3. Escassez de recursos humanos na área de arquivo nas entidades que possam liderar o processo de implementação;
4. Resistência à mudança nas entidades;
5. Existência de poucos exemplos de implementação.

Os desafios que se nos colocam não devem ser entendidos como barreiras intransponíveis mas antes como motivos de empenho redobrado na sensibilização das entidades para a importância desta reforma estrutural produzida pela própria

Jorge Janeiro Director do Arquivo Distrital de Évora

Administração Pública através de metodologias de trabalho cooperativo e em rede.

A MEF e os planos de classificação funcionais não devem ser menosprezadas pelas entidades representando uma oportunidade de modernização administrativa que contribuirá para uma gestão mais eficaz e eficiente da informação na Administração Pública, poupando recursos financeiros e reduzindo tempos de espera para os cidadãos e empresas.

Ficar de fora deste movimento de âmbito nacional, neste momento, é adiar e desvalorizar o elemento que suporta toda a atividade administrativa (a informação de arquivo) garante dos direitos e obrigações dos particulares e do Estado.



Os cursos em Ciências da Informação e da Documentação na Universidade de Évora

Em tempo de crise e de pouca autoestima no meio universitário português, nada melhor que publicar os nossos cursos e abrir novos horizontes de intervenção e pensar novos rumos para o futuro. É com esta finalidade que aceitamos o convite para escrever este pequeno artigo, que tem como principal objetivo fazer uma retrospectiva sobre a oferta de formativa que a Universidade de Évora tem fornecido nos últimos 13 anos, na área das Ciências da Informação e da Documentação.

OS CURSOS EM CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO E SEUS FUNDAMENTOS

Em Portugal, a Universidade de Évora foi uma instituição pioneira na oferta de formação avançada em CID, rompendo com o formato que até então era largamente tributário das formações profissionalizantes pós-graduas ministradas pela Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD). Os cursos de Pós graduação e Mestrado em Ciências Documentais tiveram início no ano letivo de 2001/2002 e resultaram da cooperação entre os Departamentos de História (a quem coubera a iniciativa), de Informática e de Gestão de Empresas, permitindo estabelecer pontes de diálogo interdisciplinar e combinar saberes entre departamentos e centros de investigação através de um programa de formação que apenas poderia ser considerado como inovador entre nós. Efetivamente, já então estes dois

últimos departamentos combinavam saberes em programas de formação na área dos Sistemas de Informação Organizacionais. A própria orgânica interna da Universidade de Évora, com a sua estrutura interdepartamental, jogou a favor destas propostas formativas neste domínio marcado pela interdisciplinaridade e pela transdisciplinaridade.

Com a implementação do processo de Bolonha, a Comissão de Curso decidiu avançar com uma nova proposta de formação em CID, estruturada num primeiro ciclo de estudos, a licenciatura, seguida de um segundo ciclo, o mestrado. Esta foi uma oportunidade de reforçar a parceria já existente entre aqueles três departamentos, facto que se impunha face à necessidade de ultrapassar o fosso tecnológico informacional existente, à emergência de novos paradigmas técnico-científicos e à afirmação do novo meio digital como ambiente incontornável da atividade quotidiana dos profissionais na área das CID. A licenciatura teve o seu início no ano letivo de 2007/8. O mestrado herdava toda a tradição das primeiras formações nesta área e era pensado como continuidade natural do primeiro ciclo de estudos, a licenciatura, que se iniciou no ano letivo de 2007/2008. Em 2009, com início do Programa de Doutoramento, concluía-se esta fileira formativa dando uma articulação e continuidade a todos os que quisessem ir mais longe nos domínios do ensino e da investigação.

Francisco António Lourenço Vaz
Diretor do Departamento de História da Universidade de Évora

Referências Bibliográficas

European Council of Information Associations (ECIA), Referencial europeu de informação e documentação: referencial das competências dos profissionais europeus de informação e documentação, Lisboa, Ed. INCITE, 2003

Francisco VAZ, «A Formação em Ciências da Informação e da Documentação», *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação*, nº 1, 2006, pp. 68-76.

Foi preocupação inicial dos mentores desta formação definir o perfil do aluno destes cursos à saída, ou seja, estabelecer os objetivos cognitivos, comportamentais e as competências profissionais que se pretendiam alcançar, tomando como base o Referencial Europeu de Informação e Documentação publicado pelo Conselho Europeu das Associações de Informação e na experiência acumulada noutros países europeus, nos Estados Unidos da América e no Canadá.

As propostas de formação em Ciências da Informação e Documentação na Universidade de Évora, para além de considerarem o referencial europeu, conjugando-o com a massa crítica instalada, beneficiam de uma conjuntura favorável marcada

pela necessidade de formar agentes capazes de corresponder aos desafios da sociedade de informação, como o demonstram alguns factos a nível nacional, bem conhecidos de todos os que lidam com esta área profissional. Referimo-nos, nomeadamente, ao Programa Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP), iniciado em 1987, desenvolvido pelo governo em parceria com as autarquias para criar uma rede nacional de leitura, que passou a exigir a presença de técnicos qualificados na área das CID.

UM BALANÇO DESSAS FORMAÇÕES

Até agora a formação em CID na Universidade de Évora tem potenciado os meios instalados em três áreas departamentais para

responder às aspirações e às necessidades de profissionalização e de reconversão por parte de detentores de graus académicos que hoje acusam a erosão gerada por uma fraca empregabilidade e limitadas oportunidades sociais. Tem vindo igualmente a responder à procura de atualização técnico-científica e de creditações que permitem o desenvolvimento pessoal e profissional no quadro duma área que se apresenta em rápido desenvolvimento entre nós.

A nível da procura podemos considerar dois períodos, um primeiro até 2010/11, com uma procura sustentada a nível do 1º e 2º ciclo. De facto até aí a licenciatura, embora não preenchendo o número de vagas na 1ª fase, conseguia esse desiderato na 2ª fase

e o mestrado preenchia a totalidade das vagas (20 para o ramo arquivos e 20 para Bibliotecas). A partir de 2010/11 houve um decréscimo de ingressos acentuado. O doutoramento tem resistido a este quadro negro. Outros indicadores que se podem referir são os da graduação e as teses defendidas: 56 no mestrado e 7 no curso de doutoramento.

Os Cursos iniciaram o processo de avaliação e acreditação no ano passado e a Comissão de Avaliação Externa (CAE) visitou a Universidade entre 8 e 10 de Julho deste ano. Aguarda-se que o relatório da Comissão seja mais um ponto de partida para melhorar a qualidade dos cursos e garantir que a Universidade continue a oferecer esta fileira formativa.



Pátio dos Gerais, Universidade de Évora

E XPOSIÇÕES
GENEALOGIA NOS
ARQUIVOS
PAROQUIAIS DA
ARQUIDIOCESE DE
ÉVORA PASSAPORTES
NO ARQUIVO DO
GOVERNO CIVIL DE
ÉVORA

Genealogia no Arquivo Distrital de Évora

A genealogia é uma ciência auxiliar da história que estuda a origem, a evolução e a disseminação das famílias e dos respetivos sobrenomes ou apelidos.

A presente exposição foi organizada por Estevão Neves apresentando-nos a árvore genealógica da sua filha, bem como documentos dignos de curiosidade. Entre os quais contamos o registo de emancipação, casamento, divórcio e perfilhação de Florbela

Espanca. Temos, também, registos de nascimento de uma criança cujo pai recusa assumir a paternidade e um registo de óbito de um mendigo galego com cem anos. Existe, ainda, um documento de troca de nome por motivos políticos, entre muitos outros relativos a várias situações.

Há milhares de pessoas, para não dizer milhões, que querem saber de onde vieram e a quem pertencem, na esperança de conhece-

Estevão Neves Assistente Técnico do Arquivo Distrital de Évora

rem um passado perdido pela memória dos que vão desaparecendo. Cabe a nós, arquivos, preservar a memória que nos foi deixada nos documentos, vestígios de vivências passadas, de pessoas que já não estão mas que ainda marcam profundamente as nossas vidas, a nossa identidade, a nossa forma de ser, de sentir, de olhar para mundo e para a vida. Nós somos muito mais o passado do que o futuro.

Os arquivos, mais uma vez, serão a via a que aqueles que nos sucedem vão recorrer para nos resgatarem do esquecimento. E fá-lo-ão pelas mais diversas razões: por curiosidade, para se filiarem, para terem direito a heranças, para estudarem as nossas vidas. Enfim, qualquer pretexto servirá para virem questionar o arquivo sobre o passado.

A genealogia assume, portanto, um papel central na investigação histórica, razão pela qual este Arquivo Distrital quis, com esta exposição, criar um roteiro sobre as origens e a evolução dos registos paroquiais e de outras fontes documentais que permitem a construção das nossas árvores genealógicas. Fica o convite para visitar esta exposição até ao dia 30 de outubro.



Habitação "de genere" de António Rodrigues Sameiro, 1724

Passaportes em Exposição

A exposição intitulada *Passaportes*, organizada por Eduarda Fanha, conta-nos a história do controlo interno e externo que o Estado Português foi exercendo sobre a circulação de pessoas, apoiando-se principalmente nos Fundos do Arquivo do Governo Civil de Évora.

Hoje, o passaporte português é o documento oficial que identifica o nacional português perante as autoridades de outros países, permitindo a anotação de entrada e saída pelos portos, aeroportos e vias de acesso internacionais. Permite também conter os vistos de autorização de entrada. No passado, houve também pas-

Eduarda Fanha Assistente Técnica do Arquivo Distrital de Évora

saportes internos para controlar a circulação de indivíduos considerados ameaça à segurança do Estado.

Hoje, sem passaporte não é permitido a um cidadão nacional viajar pelo estrangeiro, exceptuando-se os países da União Europeia, a Islândia, o Liechtenstein, o Vaticano, a Noruega e a Suíça.

Assim, o passaporte assume um carácter central como instrumento de exercício do poder do Estado sobre a vontade dos seus cidadãos e dos cidadãos de outros países. Aliás, esta prerrogativa exclusiva do Estado é um dos aspectos comumente inseridos nos acordos internacionais bilaterais ou multilaterais, surgindo como facilitador das relações económicas e culturais.

Do ponto de vista interno, o passaporte consubstancia um elemento de controlo apertado das autoridades sobre determinados indivíduos, quando estes alegadamente põem em causa o sistema de valores vigente, mas pode ser também um factor inerente a uma política de controlo migratório interno para evitar pres-



Passaporte de trânsito concedido a Louis Blumberg, emigrante polonês, em 1837.

ções demográficas que possam gerar dificuldades económicas e conflitos sociais.

Para os cidadãos, o passaporte representa a possibilidade de viajar ou de emigrar livremente. Portugal, como país de forte emigração ao longo dos séculos, sentiu a vocação marítima dos homens das caravelas, movidos pela ambição e pela curiosidade, que se lançaram em perigos desconhecidos por mares nunca navegados. Desde muito cedo que os Portugueses se aventuraram pelo Mundo em busca do sustento, da ilusão e do amor. Para muitos deles, o passaporte significou uma porta aberta para uma nova vida, para novas oportunidades, fosse no Ultramar ou no estrangeiro, de onde podia ser emitida uma “Carta de Chamada”.

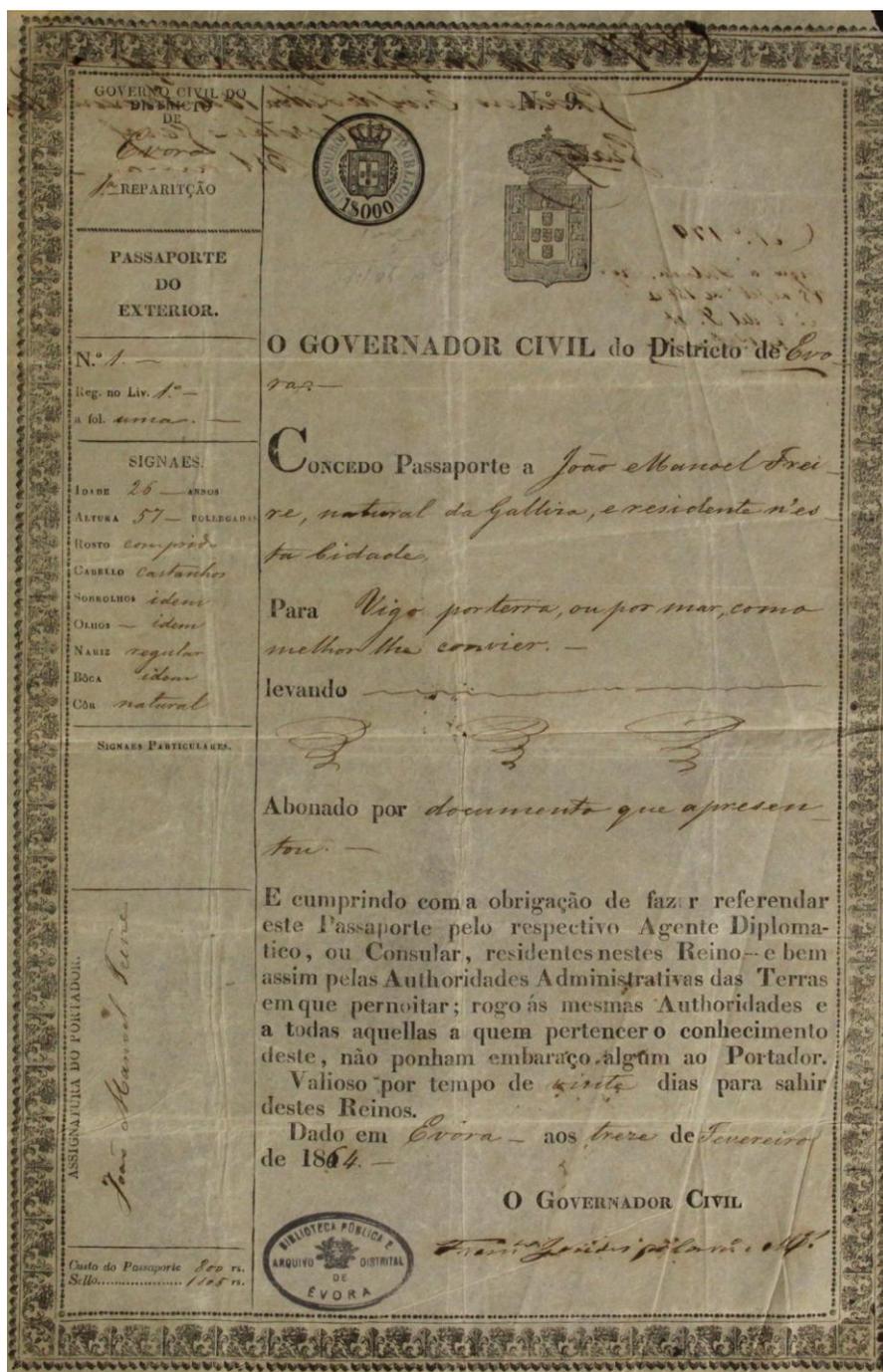
Mas havia também quem não se resignasse ao controlo do Estado e se fizesse à estrada, fugindo “a salto” para o estrangeiro. Conduzidos por agentes a quem pagavam maquinas, atravessavam vales e montanhas como fugitivos às autoridades, com medo do instante seguinte, para se instalarem em bairros de lata nos arredores de Paris, os *Bidonville*.

Ansiando o dia do regresso, do reencontro com os entes queridos e com o passado, muitos houve que não conseguiram voltar, porque não puderam ou porque não os deixaram. Todos eles, com e sem passaporte, com e sem Carta de Chamada, viveram para sempre com o mesmo aperto no coração chamado Saudade.

O Fundo do Governo Civil de Évora foi incorporado no Arquivo Distrital de Évora em duas fases distintas, uma primeira nos anos 70 do século XX, e uma segunda, no ano de 2012, depois da extinção da instituição, ocupando um total de 600 metros lineares.

A actuação do Governo Civil

abrange uma grande diversidade de áreas, produzindo vasta documentação sobre o fomento da economia, a realização de obras públicas, a elaboração do censo e estatística, e o licenciamento e a promoção de várias actividades como feiras, mercados e eventos culturais.



Passaporte do Exterior concedido a João Manuel Freire, galego, em 1864.

D OCUMENTOS EM DESTAQUE

Documento do mês de julho: tratado náutico e militar

Recentemente foi identificado um livro manuscrito, possivelmente do século XVII, intitulado “Instrução e Memorial de Navegantes” da autoria do capitão Marcos Cerveira de Aguiar, com dedicatória a D. Raimundo de Lencastre, IV Duque de Aveiro. O tratado náutico e militar, do qual se conhece uma outra versão, mais extensa, na Biblioteca Nacional de Lisboa, estrutura-se através de um diálogo entre um capitão e um soldado de mar, propondo a organização hierárquica e funcional dos marinheiros da armada e descrevendo todos os apetrechos necessários a uma nau de guerra.

cal



paralindro de gomo



Caninga de gomo Chines

gromo de caa

ajenta empareces na lar
Linga Prima



Aluch

ayguel



barz

Clava

gacenda

agavria



Carera



Clave accento



avos de



parte de la caa



lado de am an
siles

lado de b
dime
diguca



bigora

gromo de caa

bigora



gromo de caa

avos de

Caninga de gomo Chines



avos de

lado de am an
siles

lado de b
dime
diguca



avos de

bigora

Caninga de gomo Chines

lado de am an
siles

lado de b
dime
diguca

Caninga de gomo Chines

lado de am an
siles

lado de b
dime
diguca

Caninga de gomo Chines

lado de am an
siles

lado de b
dime
diguca

Caninga de gomo Chines

O testamento da escrava Maria Leoa

No mês de Maio, a escolha do documento do mês recaiu no testamento de uma escrava, salientando-se o facto de não ser comum um escravo, no século XVII, deixar testamento.

Pelo processo de fiscalização das contas do legado, a cargo do provedor da comarca, sabemos que Maria Leoa, escrava de António das Neves Brandão, fez testamento nuncupativo (oral) a 28 de Junho de 1629, em Avis, data em que se encontrava doente mas no seu perfeito juízo. Pediu que se dissessem 6 missas pela alma dos pais, 4 missas pela sua alma e que o remanescente da sua terça ficasse para os seus filhos Sebastião e Filipe, escravos cativos do seu dono, o qual nomeou seu testamenteiro.

As testemunhas que estavam presentes na aprovação foram Ana Brandão mulher do proprietário, Brites da Mata, mulher de António Fernandes, cozinheiro, Maria Rodrigues moça solteira filha de Simão da Mata, serralheiro, Maria Duarte mulher de Pedro Fernandes, que estava ausente, Ana Lopes mulher de Diogo Dias, trabalhador, e Felipe Martins, tecelão de pano de cor.

As testemunhas foram inquiridas sobre a veracidade do testamento após o testamenteiro ter pedido redução das disposições legais, referindo a existência de um menor, filho da escrava, chamado Bento, que se encontrava ausente e homiziado, e que, segundo o testamento, seria o parente mais próximo e herdeiro de Maria Leoa. Dos autos consta ainda a resposta do curador dos órfãos, o licenciado Manuel da Silva, em que dá deferimento para que se cumpram as disposições da testadora.

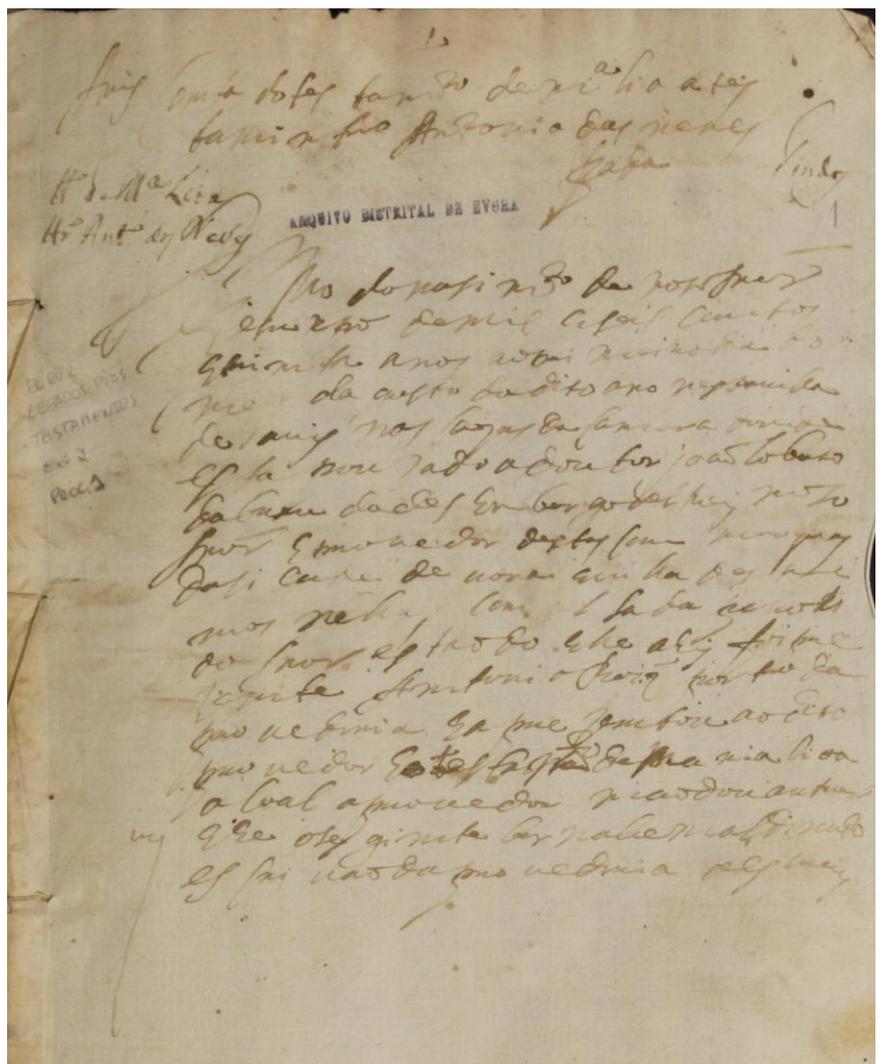
António Brandão mandou rezar missa pela alma de Maria Leoa e pela alma dos seus pais. Quanto ao remanescente da terça, que importava em 9 mil réis, alegou que a mesma lhe pertencia porque os filhos da escrava eram seus escravos.

O provedor das Comarcas de Évora e Estremoz, João Lobato de Abreu, julgou por cumpridos os legados e concedeu quitação ao testamenteiro.

Fundo da Provedoria das Comarcas de Évora e Estremoz, Seção: F/Legados Pios, Subseção: A/Testamentos, Série 005-Avis, caixa 1, nº 1. Referência: PT/ADEV/AC/PCEVR/F-A/005/00001

Célia Malarranha

Assistente Técnica do
Arquivo Distrital de Évora



Uma miniatura dos Lusíadas

No mês em que se comemora o Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, o Arquivo Distrital de Évora disponibiliza a imagem de um documento manuscrito, emoldurado e exposto na Sala de Leitura, homenageando assim o grande escritor português do século XVI e a sua epopeia *Os Lusíadas*.

Trata-se de um trabalho de transcrição de *Os Lusíadas*, em caracteres minúsculos, executados à pena e tinta-da-china pelo Capitão do Serviço Geral do Exército António Ramos Vaquinhas. A transcrição foi, segundo notas do autor, iniciada a 9 de Janeiro de 1932 e concluída a 4 de Abril de 1933, dependendo para o efeito

1060 horas de trabalho. O trabalho foi feito numa superfície de 35,6 x 51 cm, e é limitado por um filete, identificado com a rubrica do autor “A. Vaquinhas” e à esquerda com a indicação do local e data da finalização do trabalho: “Évora, Abril de MCMXXXIII”.

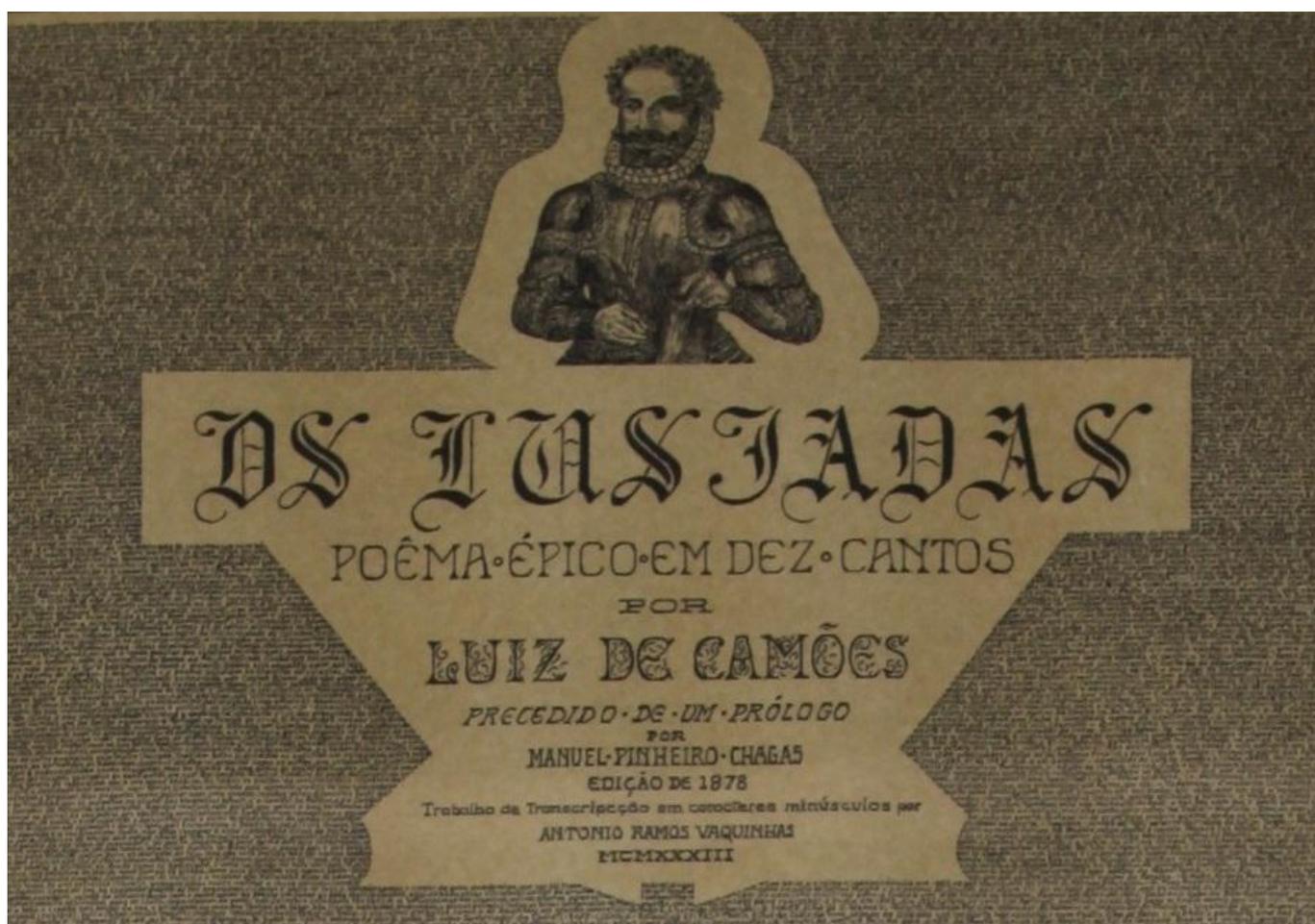
A transcrição inicia-se com o prefácio de Manuel Pinheiro Chagas, da edição do poema de 1878 e possui ainda a reprodução à pena de um discutido retrato de Camões. Seguem-se os dez cantos do poema com as estrofes numeradas, com caracteres romanos, vendo-se em cada um deles, o argumento respetivo, envolvido de um filete simples, com indicação dos assuntos e das estrofes.

Célia Malarranha Assistente Técnica do Arquivo Distrital de Évora

Em baixo possui duas reproduções, em miniatura, de ilustrações de *Os Lusíadas* da edição de João Barros: uma alusiva à tragédia de Inês de Castro e outra ao Adamastor.

Na cercadura, uma vinheta de estilo Manuelino, na qual, além de caravelas incluídas em pequenos círculos, representa-se uma ilustração alusiva ao salvamento de *Os Lusíadas*, a nado, pelo poeta, no naufrágio no Cambodja.

O quadro foi oferecido pelo próprio autor ao Arquivo Distrital de Évora.



A criança no sistema jurídico setecentista

O Arquivo Distrital de Évora assinalou o Dia Mundial da Criança com a colocação *online* de vários documentos atestando as preocupações da sociedade para com as crianças.

Em Portugal, desde o século XV, existem regulamentos que visam de alguma forma a protecção de órfãos e de expostos, nomeadamente, no que dizia respeito à administração dos bens e nomeação de tutores.

Em cada localidade, com mais de quatrocentos vizinhos, era nomeado um Juiz dos Órfãos, a quem competia mandar elaborar inventários dos bens dos órfãos, depositar todas as quantias pertencentes numa arca existente para esse fim, que estava à guarda de uma pessoa idónea da respetiva localidade. Para além do dinheiro guardado na arca, também se guardavam nela os livros onde se registavam as entradas e saídas do dinheiro. Os livros eram assinados pelo Provedor da Comarca e só podiam ser retirados da arca quando era necessário fazer algum registo.

Competia ao provedor tomar as contas aos tutores dos órfãos, nomeados pelo Juiz dos Órfãos, suspender os tutores suspeitos de incumprimento dos seus deveres e proceder às diligências para a nomeação de novos responsáveis pelos menores. Os tutores nomeados tinham obrigatoriamente de fazer escritura de fiança, nomeando alguém para fiador, e, se eventualmente ficassem sem meios para susten-

tar ou educar os órfãos, o fiador assumia a responsabilidade.

Quando morria um dos membros de um casal e ficavam filhos menores procedia-se, no Juízo dos Órfãos, a inventário de partilhas, no qual constava a relação dos bens do casal, a sua avaliação e procedia-se à distribuição dos bens por cada membro do agregado familiar. Processo esse que ainda nos nossos dias é obrigatório.

Vejamos alguns exemplos:

1 – Inventário de partilhas dos bens que ficaram por falecimento de Bento Correia, casado com Maria de Jesus, moradores em Nossa Senhora de Machede, termo da cidade de Évora, que deixou quatro filhos menores. Contém, entre outros documentos, a relação dos bens do casal e a distribuição dos mesmos pelos membros do agregado familiar.

(Fundo do Tribunal da Comarca de Évora, Seção Cível, Série: Processos orfanológicos, Maço 1, processo n.º 8)

2 – Auto de tutela: António Martins, natural das Galveias, no ano de 1756, pediu para ser tutor de duas sobrinhas, filhas de seu irmão Dinis Martins, que se encontravam sob a tutela da mãe, Luísa de Bastos. Recebeu Provisão régia para ser tutor das mesmas. O provedor após averiguar a fiança e justificar a capacidade do requerente julgou-o apto para ser nomeado tutor das órfãs.

Célia Malarranha Assistente Técnica do Arquivo Distrital de Évora

Documentos acessíveis em:

<http://adevr.dglab.gov.pt/2014/06/02/dia-mundial-da-crianca/>

(Fundo da Provedoria das Comarcas de Évora e Estremoz, Seção I, Juízo dos Órfãos, caixa 1, documento n.º 6)

3 – Auto de tutela: Joana Teresa, viúva de José Francisco Camarinha, da vila de Sousel, no ano de 1775, pediu para ser tutora de seus filhos menores, e poder administrar os bens que lhes ficaram por falecimento do avô paterno Francisco Rodrigues Camarinha. Recebeu Provisão régia para ser tutora dos filhos. O provedor após averiguar a fiança e justificar a capacidade da requerente julgou-a apta para ser tutora dos órfãos.

(Fundo da Provedoria das Comarcas de Évora e Estremoz, Seção I, Juízo dos Órfãos, caixa 1, documento n.º 22)

Com na finta ordenada
De 20 de Abril de 1775

[Small handwritten mark]

[Large decorative flourish]
entor

[Large decorative initial 'D']
D.ª Joanna Pereira viuva de Silveira de soure Fran
Camarinda dar.^o de soure l como qua dar.^o p.^o de
Sabendo seu sogro Fran. N.ºs Camarinda fca
rao sendo seus herdeiros seus netos fillos da supdi
Canta e porq estes se acaõ na id.^{ade} da infancia te
ndo eu neto ainda dequite: portende a supdi
nte ser tutora dos d.^{os} seus sob. e de quite de faz
enda por de acaõ com as circunstancias q a sup
permite p.^o Luis Jim portende q v.^o Mag.^o de
Conde da Graa mandando se repate provirao
na forma do Est.^o

[Large decorative flourish]
Luis Jim. P.^o de soure l
D.^o de soure l servido conde
de soure a Graa q pede
[Signature]

Auto de Tutela de Joana Teresa, 1775.

HISTÓRIA DA
ARQUITETURA

ARQUIVO DA

CÂMARA

ECLESIÁSTICA DA

ARQUIDIOCESE DE

ÉVORA

Anatomia da Arquitectura da Igreja da Colegiada de Santiago de Évora

Nos princípios do século XVIII, o padre jesuíta Manuel Fialho, ao descrever a Igreja de São Mamede, na sua *Évora Ilustrada*¹, lembrou-se da famosa e um pouco surpreendente crítica à nova igreja do Convento da Graça, delineada por Miguel de Arruda, quando o rei D. João III, desagradado por tão promettedora fachada não encontrar correspondência no edifício da igreja, teria perguntado ao Conde do Vimioso: Onde está o corpo dessa cabeça? Para o jesuíta era também esse o caso evidente da nova fachada da igreja de São Mamede depois da intervenção de construção do nártex e coro alto, em 1655, de inspiração serliana, primorosamente revestido de mármore brancos e cinzentos².

O problema que se punha ao padre jesuíta não era o do conflito entre opções estéticas divergentes no mesmo edifício, como a capela-mor erguida por João de Ruão para o manuelino Mosteiro dos Jerónimos de Belém, que tanto incomodava o historiador Sousa Viterbo. Segundo o juízo do padre Fialho, certamente tendo em mente a unidade do espaço da sua igreja do Espírito Santo, o problema era a sucessão de campanhas parcelares, ainda que belas - e por vezes demasiado caras -, que não logravam proporcionar um sentido de coerência e harmonia ao edifício, notando-se em São Mamede a desproporção do corpo da nave e a pouca altura da capela-mor. Nas palavras críticas do jesuíta repercutiu o valor da *concinnitas* de Leon

Battista Alberti, da beleza alcançada através da justa proporção entre os diversos elementos da arquitectura: “por partes se fizeram estas obras e não lhe foi bom o fazerem-se por partes; porque o que nelas se tem gastado julgasse que largamente bastaria para fazer nova e formosa igreja. Por isso se está bonita não está formosa”³.

Seguindo essa lição de comparação anatómica, aliás com fortuna nos tratados de arquitectura quinhentistas, foi também pela cabeça que se iniciou o projecto de reedificação do templo de Santiago de Évora, que pretendia a total renovação do edifício. Obra ainda decidida no governo do Arcebispo D. João de Melo (1564-1574), e claramente do longo ciclo de transformações de Évora no período da dupla regência episcopal do Cardeal Henrique, o projeto conferiu à Igreja a sua atual feição robusta e desadornada, com as duas poderosas torres adiantadas na fachada.

Situada entre a sede do Tribunal do Santo Ofício - em obras de ampliação, a partir de 1568, que levaram a supressão de uma travessa, para união com as propriedades compradas a Rui de Borges⁴ - e a Igreja de Santo Antão, novamente em obras depois do terramoto ocorrido nesse mesmo ano, a terceira paróquia mais importante da cidade assumia uma posição relevante no eixo que, depois da abertura da Rua Nova, liga a Praça Grande da Cidade com o Paço Arquiepiscopal e a Sé de Évora.

Celso Mangucci Centro de História da Arte e Investigação Artística (CHAIA) e Arquivo Distrital de Évora

Agradecemos à Dr.ª Paulina Araújo, técnica superior do Arquivo Distrital de Évora, todas as indicações sobre a documentação do Fundo da Câmara Eclesiástica de Évora, em fase de inventariação. Ver Paulina ARAÚJO: 2013. Agradecemos também à arquitecta Estela Cameirão do GAPAE a gentileza de nos facultar a planta da Igreja de Santiago, ao Joaquim Carrapato a cedência da imagem do teto da casa da Irmandade da Esperança e a Dr.ª Sandra Saldanha, responsável pela SNBCI, a autorização para reproduzirmos a imagem do interior da igreja de Santiago.

1 Atualmente pertencente ao acervo da Biblioteca Pública de Évora, a monumental obra do padre Manuel Fialho (1646-1718), em quatro volumes, foi objeto de duas edições parcelares: a do padre José Maria da Fonseca, *Évora Gloriosa* (Roma, 1728) e uma segunda de autoria do padre António Franco, em 1945. Dividida em vários segmentos, os manuscritos estão disponíveis on-line na Biblioteca Digital do Alentejo: www.bdalentejo.net

A escolha de marcar com as torres uma presença imediata no tecido urbano inscreve-se nos planos mais gerais de renovação da cidade que incluíam para essa área emblemática também a escolha de uma nova localização para os açougues da cidade, situados no templo romano, ao lado do Tribunal do Santo Ofício e em frente ao Convento dos Lóios e do Paço Episcopal, mandando o rei aos vereadores que escolhessem um lugar “mais conveniente e em que façam menos prejuízos”⁵. Na mesma misiva escrita ao senado da Câmara de Évora, em 1572, D. Sebastião tem em consideração o impacto para as receitas da edilidade da “muita despesa que ora tinham de fazer em algumas obras públicas que mando que se façam para nobreza e polícia dela”⁶.

Como nos elucida Gabriel Pereira que, aliás, nutria pouca simpatia pelo templo de Santo Antão e a sua “grande fachada sem carácter religioso”, o início da obra de Santiago é contemporâneo ao da segunda edificação de Santo Antão, obras conduzidas nesse momento sob as ordens de Afonso Álvares, cavaleiro fidalgo da casa do Cardeal Henrique e mestre das obras reais da comarca do Alentejo, desde 1570 ocupando o lugar que vagara com a morte de Manuel Pires⁷. Assinalando essa estreita ligação, o livro de despesas da obra de Santo Antão incluía um verbete, datado de Setembro de 1573, sobre a receita da venda de pedraria resultante da destruição de parte do aqueduto e do arco do triunfo romano para se erguer a nova fonte da praça: “os três mil e seiscentos

2 Essa intervenção é normalmente considerada dos meados do século XVI, a partir de George KUBLER (1988: 50-52) que, seguindo as indicações de Túlio Espanca, datou-as de 1564-66, relacionando-as com o patrocínio da Irmandade do Santíssimo Sacramento de que André de Resende era então confrade.

3 Manuel Fialho *Évora Ilustrada*, tomo IV, 4.ª parte, fl. 902 v.º.

4 ADE. Arquivo Municipal de Évora, Livro de Alvarás, n.º 76, doc. N.º 408, fl. 282.

5 Também estava em causa a Casa da Mancebia e a localização do curral no Rossio. ADE, Arquivo Histórico do Município de Évora. Coleção de Originais da Câmara, Livro 76, n.º 443, fl. 226. Como se sabe, a desafectação da torre medieval e templo romano não se efectivou e a localização dos açougues se manteve pelo menos até o século XIX. Veja-se o artigo de António Carlos Silva, “A ‘Restauração’ do Templo Romano de Évora”, publicado na Cidade de Évora, em 1994-1995. Disponível on-line em: <https://www.academia.edu/844089>

6 ADE, Arquivo Histórico do Município de Évora. Coleção de Originais da Câmara, Livro 76, n.º 443, fl. 226.

7 Francisco de Sousa VITERBO, 1899, volume I, 12.



Igreja de São Mamede | foto do autor

rs. porque se vendeu a pedra de alvenaria que saiu dos desmanchos da água de prata, a qual se vendeu a António Fernandes pedreiro para a obra que se faz em Santiago”.⁸

O plano de Santiago inspirou-se no de Santo Antão que, depois de uma longa ausência nas fachadas das igrejas da Graça (1537-1540), da Misericórdia (1554), São Vicente, Santa Sabina e Santa Cristeta (1559) e do Espírito Santo (1567), trouxe novamente as duas torres laterais para as fachadas clássicas das igrejas de Évora, também como parte de um discurso de monumentalidade urbana das sedes paroquiais. Como bem notou Gabriel Pereira, esta opção foi alvo de alguma hesitação e “o plano primitivo como hoje se vê era colocar as torres ao lado da capela-mor, como na igreja do Colégio do Espírito Santo”⁹.

Num interessante texto em que, ao olhar para as igrejas do Alentejo, Paulo Varela Gomes¹⁰, retoma a abordagem da história da arquitectura da fachada das igrejas como a do conflito na aplicação da linguagem clássica e pagã ao templo cristão, o historiador chama a atenção para o carácter experimental do projecto da Sé de Portalegre, principiada em 1557, na composição da fachada com torres laterais, adiantadas, tratadas em andares diferentes, apontando o Tratado de Sebastiano Serlio como fonte principal do projecto atribuído a Afonso Álvares¹¹. Nessa contínua procura por soluções satisfatórias, ora demasiado próximas da arquitectura civil ora demasiado influenciadas pela sentido prático da engenharia militar, Santo Antão parece concitar uma posteridade desfavorável e o nosso jesuíta Manuel Fialho, apesar de elogiar o ca-

rácter monumental do projecto de Santo Antão, “à imitação de São Francisco”, e o seu enquadramento urbano “ornato maior da maior praça da cidade, em correspondência com a casa do senado”, considerava-o um projeto falhado, sentenciando: “ainda que sem o frontispício e fachada que a igreja pedia”¹².

O CORPO POR PARTES

Ao contrário da paroquial de Santo Antão e do enorme estaleiro da Universidade de Évora, projetos estratégicos para a cidade e de empenho pessoal do Cardeal Henrique, de célere ritmo construtivo, a obra de Santiago, financiada apenas por parte dos rendimentos dos padres da colegiada, sofreu uma longa história construtiva, avançando morosamente durante o arcebispado de D. Teotónio de

8 Gabriel PEREIRA 1947, volume I, pp. 311-312. O Livro de despesa da obra da Igreja de Santo Antão com registos entre 1572 e 1577, conserva-se actualmente na Biblioteca Pública de Évora: Colecção Rivara, Armário X, códice 13, fl. 45 v.^o

9 Gabriel PEREIRA 1947, volume I, p. 312. Disponíveis online na Biblioteca Digital do Alentejo: www.bdalentejo.net

10 Paulo Varela GOMES, 1991: 26. Disponível online em: <http://www.penelope.ics.ul.pt>

11 Ainda sobre a influência do Tratado de Sebastiano Serlio, nas obras conduzidas por Afonso Álvares em Évora



Igreja de Santo Antão | foto do autor

Bragança, para ser concluída só por volta de 1602, com a construção do coro alto, quase três décadas depois do seu início.

Para se ter uma ideia comparativa e se avaliar da capacidade financeira para a execução das obras, e de novo socorrendo-se das lições do padre Fialho, os rendimentos da paróquia de Santo Antão estimavam-se em 17 mil cruzados anuais (e as obras foram parcialmente custeadas com as rendas do Cabido!), enquanto Santiago ficava-se pelos 4 mil cruzados, sendo que deste total parte equivalente aos rendimentos do prior eram devidos à Sé de Évora.

Em 1587, provavelmente já depois da conclusão das torres, quando dispomos novamente de documentação, as obras eram conduzidas pelo mestre pedreiro Jorge Pichim¹³, em regime de férias semanais. Após a morte do mestre, ocorrida por volta de 1590, passa-

ram a regime de empreitada pelo mestre pedreiro Manuel Gomes¹⁴ que, também como o primeiro, havia servido nas obras do Convento da Graça de Évora¹⁵. É sob sua responsabilidade que se avança com a elevação dos alçados laterais da nave, servidos por robustos contrafortes, e se conclui a nova abóbada de volta perfeita¹⁶, em tijolos, cobrindo a totalidade da nave, obra de algum apuro técnico, que tradicionalmente confirmava a mestria dos construtores. O fecho realizou-se nos princípios de 1595 e foi celebrado com um jantar oferecido aos mestres pedreiros¹⁷.

Três anos depois, em 1598, se faz a avaliação das obras da Igreja de Santiago¹⁸, fiscalizadas por duas diferentes gerações de intervenientes nas obras da cidade, o experiente mestre de pedraria Jerónimo de Torres e o ainda jovem arquitecto Pero Vaz Pereira (c. 1570-1644).



Igreja de Santiago | foto DGEMN

veja-se o texto de Manuel PATROCÍNIO, 2010. Disponível on-line em: <https://digitallis.uc.pt/pt-pt>

12 Manuel FIALHO, *Évora Ilustrada*, tomo IV, 4^o parte, fl. 900.

13 *Livro da Receita e da despesa da obra de Santiago de Évora, 1587-1604*, Fl. 25 v.^o. No caso das obras que o mestre realizava na Quinta de Vila Fria, pertença dos mesmos religiosos, as obras foram continuadas pelo seu filho, Bartolomeu Pichim (ESPANCA, 1984-1985: 102).

14 O novo contrato foi celebrado nos primeiros meses de 1591: “Aos sete dias do mês de Mayo de 1591 annos/ recebo Manuel Gomes mestre da obra da Igreja de sam/tiago do padre André Fernandes feitor da dita obra os/ dez cruzados para começar a dita obra os quais dez cruzados sam os contheudos de que faz menção a escriptura e para descarga do dito padre lhe deu este por mym Bento Pegado feito e assinado/ pelo dito Manuel Gomes”. *Livro da Receita e da despesa da obra de Santiago de Évora, 1587-1604*, Fl. 61 v.^o.

15 Túlio ESPANCA, 1966: 165-166.

16 Recebo mais Manuel Gomes do padre André/ Fernandes dez mil réis para a madeira do simplex/ da abóbada que lhe mandaram dar o prior e/ beneficiados com esta comdiçam que se ao/ diante lhe parecer bem e mais pro-

Com uma longa carreira em obras importantes em Évora, Jerónimo de Torres¹⁹ integra a equipa de consultores e de fiscalização de obras da Arquidiocese mas, ao contrário do que é às vezes inferido, não se lhe conhece atividade como “tracista”. Torres fez a sua aprendizagem entre as obras da Igreja Matriz das Alcáçovas e os estaleiros do Colégio dos Jesuítas, assumindo com naturalidade a conclusão do contrato da empreitada da construção da igreja do Espírito Santo²⁰, depois da morte do anterior responsável, Baltasar Fernandes, seu sogro, em 1570. Prolongando a sua colaboração com a casa do Cardeal D. Henrique, em 1577, assumiu a empreitada e dirigiu os estaleiros do Colégio da Purificação, seguindo provavelmente o projeto do arquitecto jesuíta Silvestre Jorge. É provável também que a Irmandade da Misericórdia de Évora²¹, de quem se fez irmão em 1572, recorresse aos seus conhecimentos especializados antes da conclusão da abóbada da igreja, para a qual fez uma pequena obra na sacristia²², em 1596. Essa longa carreira é acompanhada pelo reconhecimento social como familiar do Santo Ofício e também como mestre das obras da cidade de Évora²³.

Pelo contrário, a participação do arquitecto Pero Vaz Pereira²⁴, na fase final da obra de Santiago de Évora, enquadra-se no princípio da colaboração com a Arquidiocese sob o governo do arcebispo D. Teotónio de Bragança, que depois irá patrocinar o aperfeiçoamento da sua formação em Roma, nos primeiros anos do século XVII. Ativo em Évora, pelo menos desde 1595, associado à construção do Convento Cartuxo de Évora, Vaz Pereira manter-se-á sempre vinculado à

Casa de Bragança, tornando-se arquitecto do Duque D. Teodósio II, para quem conduziu as importantes obras de renovação do Paço Ducal de Vila Viçosa, segundo projeto de Nicolau de Frias.

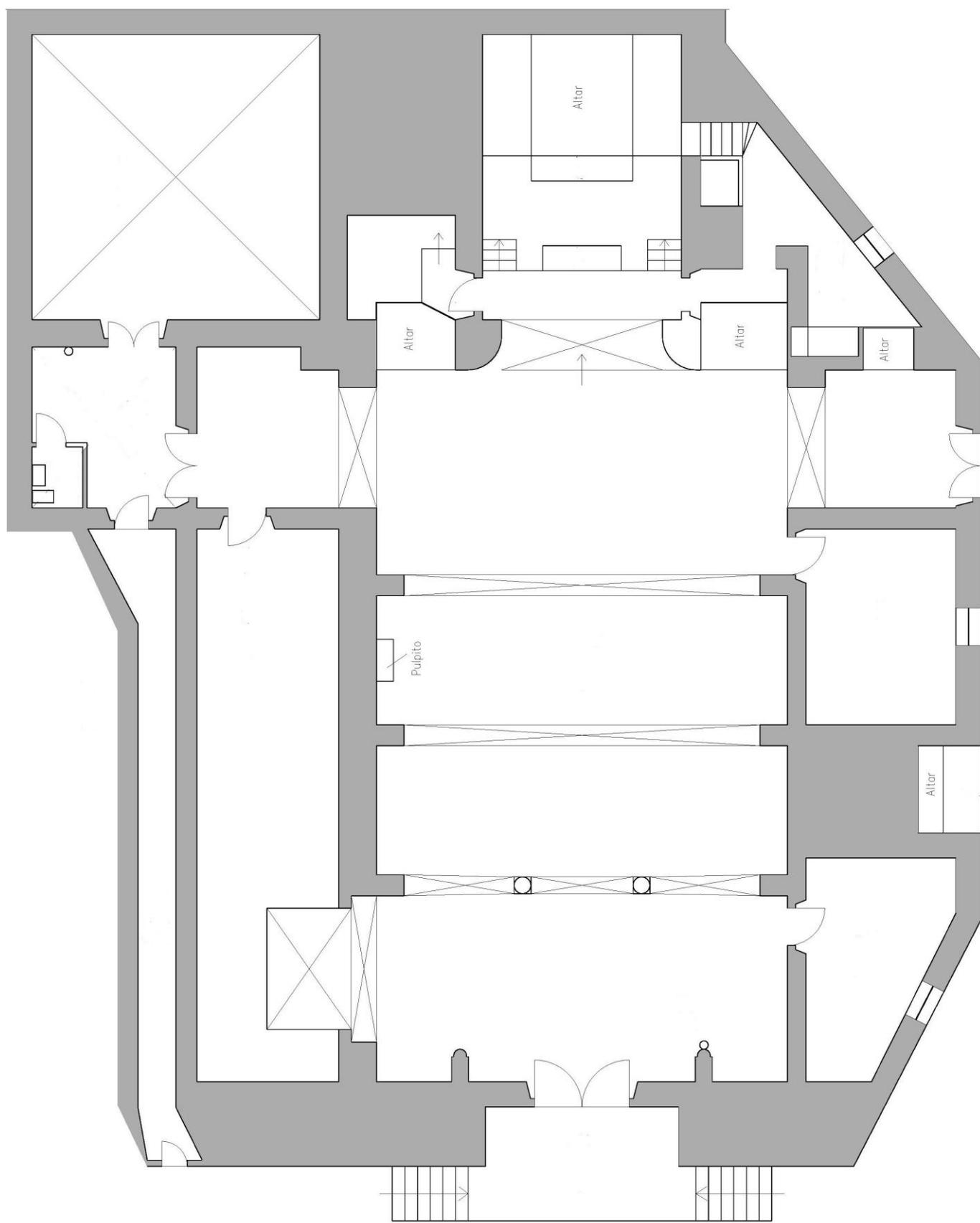
Provavelmente com preocupações de proporção e harmonia semelhantes às expressas por Manuel Fialho, mas com uma solução em sentido contrário, já que se previa um longo processo construtivo e a continuidade da vida paroquial na igreja, a reedificação de Santiago foi planeada em... obras parcelares, de maneira a que só após ao fecho da abóbada nova desmancharam-se “os arcos velhos” da antiga obra gótica²⁵, proporcionando a vantagem dos apoios de madeira para a construção da cobertura da nave poderem ser construídos a partir da estrutura anterior, mais baixa.

Se é que essa foi a primeira vez, o ensaio de construir a nova igreja mantendo em funções a estrutura primitiva passaria a constituir um *modus operandi* das obras na arquidiocese e seria depois implementado também com sucesso na reconstrução da igreja paroquial de Santa Maria de Machede, obra custeada pela comunidade com risco do arquitecto Pero Vaz Pereira²⁶, processo que mereceu descrição na lápide comemorativa da reconstrução: “Reformou-se esta igreja toda de novo com esmolas dos fregueses dadas livremente sem finta: pôs-se a primeira pedra dia da Purificação de Nossa Senhora de 1604 ficando dentro a primeira [igreja] antiga até se fechar a nova...²⁷”

veito/ da Igreja darem lhe a madeira que anda na obra/ desta igreja elle Manuel Gomes a asseitar e será/ obrigado a por todo o simplex para a abobada e coro e andaimes necessários para se/ guarnecer a Igreja de dentro e de fora sem/ eles prior e beneficiados lhe darem mais/ dinheiro nenhum para o dito simplex e andaimes sal/vo as cordas e pregos que lhe forem necessários para o dito simplex porque isso se paga/rá a conta da obra e por serem conten/tes prior e beneficiados e o dito Manuel Gomes/ assinaram o dito Manuel Gomes se obrigará a estar/ por este termo e assinar elle Bento pegado que/ fiz... *Livro da Receita e da despesa da obra de Santiago de Évora, 1587-1604, Fl. 89 v.º*

17 “...gastou o padre André Fernandes no jantar que/ deu aos pidreiros e servidores o dia/ que se fechou a abóbada mil réis por mandado do prior Igreja e por ver/dade assinei aqui...” *Livro da Receita e da despesa da obra de Santiago de Évora, 1587-1604, Fl. 89 v.º*. Embora não datado, o assento foi registado depois de Dezembro de 1594.

18 Sabemos indirectamente desta avaliação pela soma geral que o visitador, em 1600, exarou no *Livro da Receita e da despesa da obra de Santiago de Évora, 1587-1604*. Veja-se a transcrição do documento em anexo.



Planta da Igreja de Santiago. Gabinete de Projectos da Arquidiocese de Évora (GAPAE).

O CORPO MODULAR

Parece plausível que o projeto de reconstrução de Santiago, a despeito da considerável diferença de altura com o volume da nave assumisse a manutenção da estrutura manuelina da capela-mor e dos altares colaterais como memória da antiguidade do templo paroquial, como aconteceu na paroquial de São Pedro da Gafanhoeira de Arraiolos²⁸, em obras em 1586, e com maior importância em São Manços²⁹, em 1594, com o intuito de preservar e valorizar as estruturas de uma hipotética basílica paleocristã, considerada memória dos tempos heróicos da atividade do primeiro bispo de Évora, um dos fundamentos do proselitismo historicista e reformador do arcebispo D. Teotónio de Bragança.

Desconhecemos a exata configuração da antiga igreja gótica de Santiago, que sofreu obras de ampliação da nave³⁰ em 1550, mas, pelos inventários de 1561-1563, podemos conhecer as invocações de quatro capelas³¹: a de São Brás, a do Espírito Santo, a de Santa Bárbara e a de Santana. Esta última, a única que mantém actualmente essa invocação original, situa-se ao lado da capela colateral, no falso transepto.

As estruturas das capelas não fazem assim parte da unidade da nave-caixa, espaço único central, especialmente vocacionado como auditório dos sermões. Como na Igreja da Misericórdia de Évora, de forma a garantir um percurso separado dos fiéis, os beneficiados e o prior dispunham de um corredor único, lateral, com escadas de acesso privado para o púlpito e para o coro alto, separadas por uma parede cortina e não visíveis a par-

tir da nave. Também como forma de definir o percurso interno das cerimónias religiosas, e a semelhança do que dispõem a Sé de Évora e dispunha também Santo Antão, criou-se uma porta travessa pelo falso transepto, do lado da capela de Santana, que permitia uma saída para os cortejos das procissões e cerimónias fúnebres.

Conseguindo uma boa correspondência com a expressão exterior dos alçados, os contrafortes adquiriram no interior a forma de pilstras, onde é visível a opção por soluções construtivas económicas, com a substituição do granito aparelhado por tijolos e argamassa para a modulação desses elementos e da cimalha. Essa solução reforça ainda mais o carácter estrutural e “gótico” dos contrafortes quando comparados com as pilstras talhadas em granito da Igreja de Santa Antão e da igreja do convento de Santa Helena do Monte Calvário, outro dos projetos associados à estadia de Afonso Álvares em Évora.

Pensada como um projeto aberto com possíveis desenvolvimentos futuros, a nave-caixa pode albergar outras estruturas de apoio sem comprometer a unidade interna, como a casa da irmandade de Nossa Senhora da Esperança, embebida nos contrafortes dos alçados que dão para o terreiro de Santiago, já desenhada no tempo da intervenção do arquitecto Vaz Pereira, com um belo teto artesoadado.

O CORPO UNÍVOCO

Os alpendres como espaço de recepção, como nos diz a replicação monumental na igreja jesuíta do Espírito Santo do pórtico de São Francisco, foram valorizados como

19 Veja-se Túlio ESPANCA, 1966: I, 88 e 91; e Vítor SERRÃO, 2002: 208.

20 A sinopse do contrato foi publicada por Túlio ESPANCA, 1984-1985: 100.

21 ADE. Arquivo da Misericórdia de Évora. N.º 48, *Livro dos Irmãos da Misericórdia de Évora*, primeiro fólio.

22 Armando GUSMÃO, 1969: 337.

23 Jerónimo de Torres é assim identificado no processo de habilitação “de genere” do seu filho Bartolomeu, principiado em 1614. ADE. Fundo da Câmara Eclesiástica de Évora, Habilitações para Ordens Sacras, Caixa 1, peça 14.

24 Sob o arquitecto veja-se principalmente Manuel PESTANA, 1993, Miguel SOROMENHO, 1995: II, 393, Vítor SERRÃO, 2002: 269-270 e 2008: 131-136.

25 “Recebeo o senhor prior do padre André Fernandes seis mil réis do desmancho dos arcos velhos/ da igreja e por verdade assinou aqui comigo...” *Livro da Receita e da despesa da obra de Santiago de Évora, 1587-1604*, Fl. 80 v.º..

26 Extrato do contrato identificado por Vítor Serrão e publicado por Túlio ESPANCA, 1984-1985: 105. Veja-se também Vítor SERRÃO; 2008: 132-133.

27 Túlio ESPANCA, 1966: volume I, 376. A identificação do

uma unidade essencial das fachadas das igrejas, sucedendo-se as obras seiscentistas de atualização por todo o aro eborense, de que o caso já citado de São Mamede é exemplar.

Como também vimos, considerando os recursos económicos disponíveis, o arquiteto Pero Vaz Pereira delineou, a pedido do arcebispo D. Alexandre de Bragança, para Nossa Senhora de Machede, a mais anti-



Igreja de Santa Maria de Machede | foto do autor

contrato, celebrado em 1604, permite corrigir a primeira leitura da lápide com a data inicial da obra.

28 Túlio ESPANCA, 1975: volume I, 33.

29 Contrato identificado por Vítor Serrão e publicado por Túlio ESPANCA, 1984-1985: 103. Sobre as restantes iniciativas do Arcebispo D. Teotónio de Bragança veja-se ainda Vítor SERRÃO, 2012: 112-114.

30 Manuel FIALHO, *Évora Ilustrada*, Livro IV, parte IV.

31 “humas toalhas de olanda grandes do altar mor +/- outras toalhas de frandes do mesmo altar mor, duas toalhas do altar/ de sam bras humas novas destas e outra usada + outras toalhas/ do altar do spirito santo novas...” Livro dos inventários das peças da Igreja de Santiago de Évora, fl. 8 v.º. Mais a frente no fl. 9: “+ humas cortinas de naval/ do altar mor outras cortinas do mesmo altar mor velhíssimas e outras de pano da india com seu sobre ceo do altar de sancta Barbara, outras de pano da india do altar de São Bras...”

ga paróquia rural de Évora, uma igreja de uma só nave. Adotando o discurso da arquitetura chã, e inaugurando a fortuna do modelo proposto pela igreja de São Vicente de Fora, obra emblemática da Lisboa filipina, o arquiteto marcou o ritmo da fachada com a sobreposição de uma versão simplificada de elementos das ordens clássicas, conjugando o nártex a toda a largura com a presença de duas torres campanários.

Apesar de prolongar-se por uma década, e suceder na cadeira episcopal D. José de Melo, o processo de construção de Santa Maria de Machede ocorreu sem incidentes de maior, constituindo um bom exemplo da execução de um projeto único, sem inflexões de percurso. Reunindo as condições para levar o processo até o fim, como preconizava a tratadística italiana coeva, onde o arquiteto assumia o controlo integral das obras do edifício, orientando as campanhas decorativas, inclusive as “de pincel para ornar as paredes”³², Vaz Pereira foi também coordenador do projecto decorativo do teto com estuques e da campanha de pintura a fresco, com um erudito programa humanista de equiparação da sabedoria da Antiguidade Clássica com a do Novo Testamento, através da representação de profetas e sibilas anunciadores da vinda do novo Messias, como propôs Vítor Serrão³³.

É muito provável que uma campanha de pintura a fresco fosse também planeada pelo arquiteto para o interior de Santiago, no espaço previamente definido pelas falsas arcadas laterais, pinturas entretanto destruídas pela campanha de azulejos³⁴, realizadas por Gabriel del Barco nos anos de 1699-1700.

Também dever-se-á ao risco do arquiteto Vaz Pereira o desenho do frontão do portal principal de Santiago, com seu entablamento de ordem dórica, realizado em obra de massa, a exemplo da linguagem utilizada, em versão simplificada, na cimalha exterior da Igreja de São Manços, ao qual o arquiteto encontra-se provavelmente ligado³⁵. Segundo a tese defendida no Tratado de Sebastiano Serlio, a ordem dórica havia sido concebida pelos Antigos para erguerem os templos em louvor a Júpiter, Marte e Hércules, constituindo-se, depois do advento do Salvador, simbolicamente adequada para sublinhar o valor heróico dos santos mártires da cristandade: “*y asi digo, que aviendose de edificar algum templo consagrado a Jesu Christo redemptor nuestro, o a Sant Pedro, o a Sant Pablo, ao Sanctiago, o a Sant Jorge, o a otros qualesquier sanctos cuya profession, no solo aya sido de hombres de guerra, mas que tambien ayan tenido de delicado y humilde, y tambien parte de forte y robusto, en poner la vida por la fee de Christo. A estos tales sanctos conviene hazerles los templos desse genero dorico.*”³⁶

Na arquitetura como na pintura, é nesse esforço constante de lançar pontes entre estes dois universos facilmente irredutíveis, caucionando as referências à Antiguidade Clássica com as lições dos textos bíblicos, que se constrói boa parte da cultura artística da época.

32 Sebastiano SERLIO, *Tercero y Quarto Libro de Architectura*, na edição castelhana de Francisco de Villalpando, impressa em Toledo, em 1552. Livro 4, capítulo XI, De lo ornamento de la pintura para por de fuera y dentro de los edificios. Disponível online em: <http://www.sedhc.es/biblioteca>.

33 Vítor SERRÃO, 2008: 132-136.

34 Sobre o programa iconográfico da campanha dos azulejos e de pintura dos tectos para a igreja de Santiago, patrocinadas pelo prior Cristóvão Soares de Albergaria e pelo Arcebispo Frei Luís da Silva Teles, veja-se Celso MANGUCCI, 2012.

35 Túlio ESPANCA, 1984-1985. ADE. Cartórios Notariais, livro 309, fl. 114 vº : “as simalhas da banda/ de fora serão de moldura doriqua com/ seu frizo e alquitrave e terá tudo de alto três palmos e será raspada com telhas que vem sobre a simalha...”

36 Sebastiano SERLIO, *Tercero y Quarto Libro de Architectura*, 1552. Livro 4, capítulo VI, De la Orden Dorica.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO 2013, Paulina Margarida Rodrigues, *Câmara Eclesiástica de Évora. Catálogo/Inventário*. Tese de Mestrado apresentada à Universidade de Évora. Registo online: <http://hdl.handle.net/10174/10731>

BRANCO 1998, Manuel, *Renascimento, Maneirismo e Estilo Chão em Évora*, Catálogo da Exposição Do Mundo Antigo aos Novos Mundos. Humanismo, Classicismo e Notícias dos Descobrimientos em Évora (1516-1624) Coordenação de fernando António Baptista Pereira. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.

ESPANCA 1966, Túlio. *Inventário Artístico do Concelho de Évora*, 2 volumes. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes.

ESPANCA 1975, Túlio. *Inventário Artístico do Distrito de Évora, Concelhos de Arraiolos, Estremoz, Montemor-o-Novo, Mora e Vendas Novas*. 2 volumes. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes.

ESPANCA 1984-1985, Túlio. "Nova Miscelânea. Documentos Notariais Inéditos e artistas Alentejanos dos séculos XVI, XVII e XVIII" In *A Cidade de Évora*, n.ºs 67-68, pp. 98-126. Évora: Câmara Municipal de Évora.

GOMES 1991, Paulo Varela, "Fachadas de Igrejas Alentejanas entre os séculos XVI e XVIII" in *Penelope, fazer e desfazer a história*,

n.º 6, 1991. Lisboa: Edições Cosmos. Disponível online em: <http://www.penelope.ics.ul.pt>

GUSMÃO 1969, Armando, *Subsídios para a História da Santa Casa da Misericórdia de Évora*. Parte II, Tomo I (1567-1667). Évora.

KUBLER 1988, George, *A arquitetura Portuguesa Chã. Entre as Especiarias e os Diamantes 1521-1706*. Lisboa: Vega Limitada.

PESTANA 1993, Manuel Inácio, "Pero Vaz Pereira, arquiteto seiscentista de Portalegre. Tentativa cronológica e questões a propósito" in *A Cidade: Revista Cultural de Portalegre* (nova série), n.º 8, 1993, pp. 153-165. Portalegre

MANGUCCI 2014, Celso, "Sob o Império da Retórica. Os programas iconográficos de São Tiago e São Mamede de Évora". *Revista Invenire*, n.º 8. Lisboa: Secretariado Nacional dos Bens Culturais da Igreja.

PATROCÍNIO 2010; Manuel do, *Sinais de uma Cultura da Monumentalidade: As formas clássicas na Arquitectura Programática Alentejana dos séculos XVI-XVII. Espaços e Paisagens. Antiguidade Clássica e Heranças Contemporâneas*. Associação Portuguesa de Estudos Clássicos. Disponível online em: <https://digitalis.uc.pt/pt-pt>

PEREIRA 1947, Gabriel, *Estudos Eborenses*, III volumes, 2ª edição integral. Évora: Edições Nazaré.

SERRÃO 2002, Vítor, *História da Arte em Portugal. O Renascimento*

e o Maneirismo (1500-1620). Lisboa: Editorial Presença.

SERRÃO 2008, Vítor, *O Fresco Maneirista do Paço de Vila Viçosa*. Fundação da Casa de Bragança.

SERRÃO 2012, Vítor, *Impactos do Concílio de Trento na Arte Portuguesa entre o maneirismo e o Barroco (1563-1750)*. Atas do Seminário no âmbito das comemorações dos 450 anos sobre a clausura do Concílio de Trento, 1563-2013, *O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas: olhares novos*, coord. José Pedro Paiva. Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa. Disponível online: <https://www.academia.edu/6567577>

SILVA, 1994-1995, António Carlos, "A 'Restauração' do Templo Romano de Évora" in *A Cidade de Évora*, IIª série, n.º 1. Câmara Municipal de Évora. Disponível online em: <https://www.academia.edu/844089>

SOROMENHO 1995, Miguel, *Classicismo, italianismo e Estilo Chão. História da Arte Portuguesa*. Coordenação de Paulo Pereira. 3 volumes. Lisboa: Círculo dos Leitores.

VITERBO 1899, Francisco de Sousa, *Dicionário Histórico e Documentação dos Architectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*. 3 volumes. Lisboa: Imprensa Nacional.



Interior da Igreja de Santiago. Fotografia de Miguel Cardoso. Cortesia SNBCI

DOCUMENTO

ADE. FCEE. *Livros da Receita e da despesa da obra de Santiago de Évora, 1587-1604*

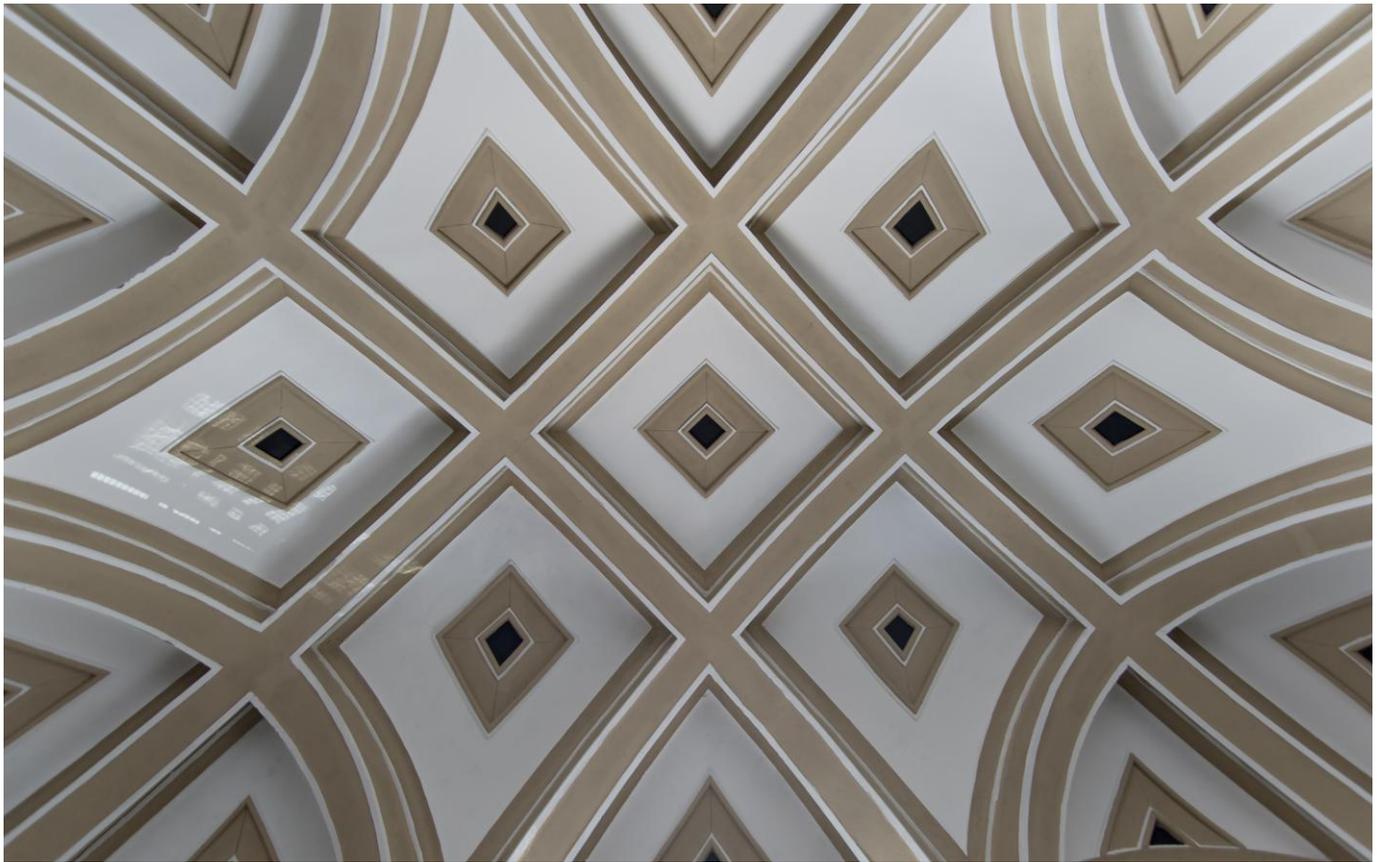
[Fl. 101] O licenciado António Themudo visitador ordinario em este arcebispado de evora pello Illustríssimo/ em Cristo padre Dom Theotonio de Bragança/ arcebispo do dito arcebispado faço saber que estando para visitação em a igreja de Sanctiago desta/cidade de evora tomei conta das obras da igreja/ estando presente o Doutor Manuel Mendes freire/ da dita igreja e Manuel Gomes mestre da obra da dita/ igreja que para a dita conta forão requeridos. E to/man-do conta achei per hum termo

de alvidramento/ feito no anno de noventa e sinquo aos vinte e oito/ dias de setembro que o dito Manuel Gomes tinha feito/ na dita igreja cento e nove braças de alvenaria e/ noventa e duas braças de abóbada e sinquo/enta e sete braças de simalha e quarenta/ e huma braças de simalha, digo de telhado e des/ canos de pedra. O que tudo foi avaliado e al/vidrado por Cosme Lourenço pidreiro e Manuel Gois./ Nos quais o dito prior e beneficiados e Manuel Gomes/ mestre da obra da dita igreja se tinham Lou/vados como me constou per hum termo por eles/ assinado e por assim o confessarem perante/ mim ao fazer desta conta. E foi tudo avaliado em duzentos e trinta e oito mil/ e quatrocentos réis. E

assim mais achei por outro termo que o dito Manuel Gomes ti/nha mais feito na dita igreja oitenta e nove braças e mea de guarnição das paredes e assim/ mais ter guarnecido abobada dos capiteis pera/ sima e outros espelhos da frontaria o que lhe/ foi avaliado por Jeronimo de Torres e Pero Vas/ [fl. 101 v.º] Pereira em os quais o Reverendo prior e beneficiados e o dito/ Manuel Gomes se louvarão como me constou por hum termo de louvamento por eles assina/do e pello Licenciado Manuel Barreiros que como visita/dor também assinou o qual foi feito no anno de noventa e oito aos quatorze dias de/ setembro que o sobredito foi avaliado em oiten/ta e oito mil setecentos e oitenta que o que tudo/ com o mais assimado primeiro alvidramento faz em soma trezentos e vinte sete mil cento e oito réis. E outrossi achei que o dito Manuel Gomes tinha/ recebido a conta do dito dinheiro que se lhe/ devia cento e doze mil e quinhentos réis e/ assim mais que tinha recebido cento e sessenta/ mil réis convem a saber oitenta mil réis do/ padre Andre fernandez prioste que foi da dita/ igreja o anno de noventa e seis e de noventa/ e sete que acabarão pelo sam João do/ dito anno de noventa e oito e os outros/ oitenta e quarenta de francisco Vogado do/ anno que acabou por São João de noventa/ e nove que foi prioste que foi do anno que/ acabou pelo São João próximo passado de seiscentos anos. E abatido o que recebo da contia que se/ lhe devia fica a dita obra devendo ao dito Manuel Gomes sin/quenta e quatro mil seis-



Portal da Igreja de Santiago | foto do autor



Teto da Casa da Irmandade de Nossa Senhora da Encarnação da Igreja de Santiago | foto Joaquim Carrapato

centos e oitenta réis/ porque diviam-se-lhe trezentos e vinte e sete mil/ e cento e oitenta réis e recebo pello modo que/ assim fica declarado duzentos e setenta/ [fl. 102] e dous mil e quinhentos rs. Pello que se lhe fica/ a dever a dita contia de sinquoenta e quatro/ mil seiscentos e oitenta réis, dos quais elle/ dito Manuel Gomes disse que quitava a fazia esmola/ para a fabrica da dita igreja dez mil réis os quais/outrossi abatidos da dita contia de sinquoenta e quatro mil seiscentos e oitenta réis fica/ a dita igreja devendo líquidos ao dito Manuel Gomes qua/renta e quatro mil seiscentos e quarenta/ digo oitenta réis, entrando nesta conta seis mil/ e quinhentos réis que tinha recebido o dito Manuel Gomes/ do feitio dos andaimes os quais mandei que a di/ta obra lhe não pagas-

se pro quanto lhe de/rão a madeira velha da igreja pera os ditos an/daimos que em paga do feitio deles e por/ o dito Manuel Gomes ter recebido os ditos seis mil e/ quinhentos réis lhos descontei na soma assim/ e fiquão descontados e liquidamente que fica/ a dita igreja devendo os ditos quarenta e quatro mil seiscentos e oitenta réis e por esta/ maneira ouve estas contas por boas e como tais mandei que se cumprisse e guardassem/ contem o que mando sob pena de excomunhão/ maior e de sinquoenta cruzados para/ a bulla da santa cruzada e Mando/ ao prioste que hora he de presente anno de seis/centos que acaba pello São João de seiscentos/ e hum pague ao dito Manuel Gomes os quarenta/ mil reis que cada anno se costumão tirar dos/ frutos da dita igreja para a

obra della e/ [fl. 102 v.º] e o mais que se ficar devendo pagará/ o prioste que entrar do anno de seiscentos/ e hum por diante que comessara ser dia de/ São João do dito anno de seiscentos e hum/ Dada em Évora sob meu sina e sello/ aos des de Novembro Pero Coelho/ apostólico escrivão da visitação o fez com a entrelinha da segun/da página que dis/ quais/ com o respei/to da mesma que diz / oito/ e na mesma/ o mas escrito que diz / nove/ de mil seis/centos anos/ António Thémudo.

HISTÓRIA DA
SOCIABILIDADE

ARQUIVO DA
SOCIEDADE
HARMONIA
EBORENSE

Os símbolos da Sociedade Harmonia Eborenses Três fases para a definição de uma imagem pública (1849-2014)

A Sociedade Harmonia Eborenses (SHE) foi um clube masculino criado em 1849 pelos grupos de tendência republicana da elite alentejana. Nasceu sem emblema e assim se manteve durante as primeiras fases da sua existência. Essa ausência de símbolos pode ser motivada pela austeridade alentejana e pelas tendências regionais seguidas na época¹.

Este fenómeno chama a atenção quando se compara com o caso europeu. Desde 1830 surgiram múltiplas associações ao calor do Liberalismo político - no contexto do denominado “espírito de sociabilidade”-, as quais queriam terminar com as constantes lutas entre o mundo absolutista do Antigo Regime e o elemento liberal². Assim, entre 1830 e 1850, nasceram múltiplos clubes em França, Itália, Áustria, Espanha e Inglaterra. Foram concebidos com nomes relacionados com a fraternidade ou outros equivalentes, como o Círculo da União, Sociedade dos Amigos ou Clube de Amizade. Vinculavam-se normalmente a selos e símbolos que os representavam, do tipo mãos juntas, cinturões, cadeias de fraternidade ou simplesmente legendas relativas a união³.

É neste contexto que se insere a criação dos clubes homónimos em Portugal, nomeadamente a criação da SHE em 1849. Contudo, durante as décadas iniciais da sua trajectória, a instituição manteve-se sem qualquer símbolo

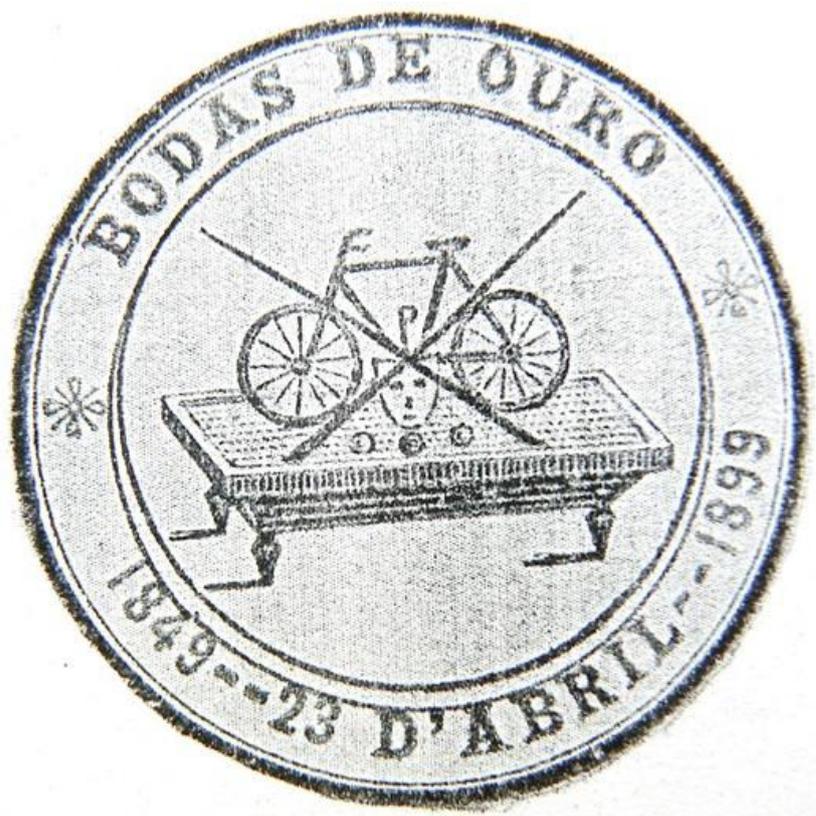
semelhante aos mencionados. Como se pode comprovar em diversos documentos depositados no Arquivo Distrital de Évora, apenas eram utilizadas as iniciais do nome. O mesmo parece ter sucedido noutros círculos da cidade, casos do Clube União, o Círculo Eborenses, que também adotaram as iniciais como elementos identificadores, embora estes casos ainda tenham que ser estudados com mais profundidade.

Considero que essa ausência de ícones permite falar de uma primeira fase na definição institucional da SHE. Entre 1849 e 1899 pode falar-se de uma primeira etapa na qual as iniciais e o próprio no-

María Zozaya

Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDEHUS)
Membro da Mesa Assembleia Geral da Sociedade Harmonia Eborenses (SHE)

¹ Este tema foi analisado por María ZOZAYA “Selos, signos, Brasões”, ciclo “Objectos com Historia”, Secção Historia y Património, SHE, 3-V-2014. Mais informação em: www.sociabilidad.hypotheses.com



Primeiro emblema da Sociedade Harmonia Eborenses, 1899

me da Sociedade Harmonia foram os identificadores da instituição. Ou seja, em vez de símbolos foram utilizados como definidores os signos linguísticos. Na minha opinião, essa opção foi totalmente consciente e o seu objetivo último seria focalizar-se no significado e significado da “Harmonia”, o que se plasmou, por um lado, no emprego das siglas SHE e, por outro lado, na utilização do próprio nome de forma continuada para marcar os diversos documentos do círculo. O nome foi também plasmado na sua marca institucional por antonomásia, os carimbos usados nos documentos depositados no Arquivo Distrital⁴ e o selo branco que se conserva na SHE. As siglas plasmam-se também nos objetos pintados na própria sede de 1902: no chão da calçada na entrada da sede Sociedade, pin-

tadas em vidros de portas interiores, numa mesa, numa bandeja e em diversas imagens das quais já só restam fotografias⁵.

Considero que pode falar-se de uma segunda fase icónica vinculada com a procura de uma identificação institucional, entre 1899 e 1906. Nos documentos conservados no Arquivo Distrital localizei os primeiros elementos iconográficos da SHE. Primeiro, em 1899 foi criado um emblema por ocasião do seu 50º aniversário, um ícone colado na primeira página do livro comemorativo das “Bodas de Ouro”⁶. Esta imagem incluía os três elementos mais representativos da Sociedade na altura: o jogo de bilhar para retratar o lazer; a máscara emblemática da arte dramática, e nomeadamente do grupo de teatro amador constituí-

2 María ZOZAYA, *El Casino de Madrid, orígenes y primera andadura (1836-1850)*. Madrid: Casino de Madrid, 2001, pp. 97-115.

3 Elementos vinculados à fraternidade que me levaram a vinculá-los à Maçonaria em: María ZOZAYA, *Sociabilidad y fraternidad*”, em F. Benimelli y F. Martínez, *La masonería española, represión y exilios*. Almería, CEM, 2010, pp. 1373-1390

4 Arquivo Distrital de Évora (ADE), Fundo Sociedade Harmonia Eborensis (SHE), Caixa 59, SR 001, SSR 001. No primeiro inventário de 1914, encontra-se um carimbo e vários selos, os quais eram custodiados pelo mordomo, e utilizados para assinar os cartazes e papéis de carácter institucional.

5 SHE, Fundos mobiliários. Arquivo Fotográfico de Évora (AFE), Fundo SHE, Nogueira e R. Santos.



Desenho de Marcolino Silva, 1904

do desde os inícios da instituição; e uma bicicleta indicativa do clube de ciclismo, que teve grande sucesso na altura.

Mais tarde, em 1904, na segunda página daquele mesmo livro, foi pintado um segundo símbolo⁷. Marcolino Silva, ensaiador do grupo de teatro da SHE e grande animador da sua vida quotidiana, desenhou com tinta um rosto que, a meu ver, representa uma alegoria da Harmonia. Tratava-se de uma mulher idealizada com cabelos compridos enfeitados com flores; o traçado de estilo *Art Nouveau*, na altura florescente, contribuiu para ressaltar com suas curvas a ideia harmónica do conteúdo, e a pincelagem suave e cor plana - da denominada linha japonista - acentua essa idealização da harmonia. Este emblema continuou a ser utilizado até 1906, como se pode comprovar nos anúncios de eventos festivos da SHE⁸.

A partir dos anos 40 do século XX, podemos falar de uma terceira fase na identificação simbólica da instituição. Provavelmente no contexto do 150º aniversário, foi criado o seu escudo. Trata-se de um brasão onde constam os elementos que identificam a instituição: as iniciais; a coluna, como símbolo do templo de Diana e que tradicionalmente remetia ao saber clássico; o cavalo sobre tabuleiro de xadrez; junto à vara de bilhar e às três bolas e que compunham um emblema ligado ao mundo do lazer, nestes casos vinculados à intelectualidade e à habilidade. Este ícone continua a ser utilizado na actualidade.

A investigação realizada no Arquivo Distrital de Évora permitiu concluir que a SHE teve

outros símbolos antes do actualmente utilizado. Houve, pois, um processo de procura de identificação com uma representação icónica da instituição. Isto permitiu-me falar da existência de três fases na definição simbólica desta Sociedade. Numa primeira fase, houve uma vinculação deliberada com o nome e siglas da entidade (1849-1899). Na segunda, existiu a procura de um ícone e de uma identificação pictórica (1899-1906). Na terceira, finalmente, a criação de um brasão (1940-2014). O facto de que as três fases coincidem praticamente com cada cinquentenário pode reflectir a tomada de consciência institucional da importância da SHE na evolução social da cidade. Ao catalisar sempre o sentido simbólico para as palavras ou ideias de harmonia e de ócio, indica que a instituição procurou vincular-se, através da própria imagem, a uma comunidade de convívio para o disfrute pacífico do tempo do lazer.



Brasão da Sociedade Harmonia Eborensis

6 ADE, SHE, Caixa 4, Serie 6, SSR 001, Ata da Comemoração, 1899. Foi colado na parte superior direita da folha de rosto do livro comemorativo das Bodas de Ouro.

7 ADE, SHE, Caixa 4, Serie 6, SSR 001, Acta da Comemoração, 1899.

8 Núcleo de Documentação, Câmara Municipal de Évora, Festas, Diversos, SHE, 1906. Dada a orientação republicana da SHE pode se colocar a hipótese de que fora uma "Marianne" ou seja a personificação feminina da República.

HISTÓRIA DAS MIGRAÇÕES

ARQUIVO DA
CÂMARA
ECLESIAÍSTICA DA
ARQUIDIOCESE DE
ÉVORA

Imigração Açoriana para o Alentejo no século XVIII

Sair da ilha é a pior maneira de ficar nela!¹

O presente artigo tem como principal objetivo convidar todos aqueles que se dedicam ao estudo da (i)emigração açoriana a aprofundarem o conhecimento sobre as migrações realizadas por muitos ilhéus, na segunda metade do século XVIII, para o Alentejo.

Apesar do Arquivo Distrital de Évora não ter como missão a produção de estudos históricos, contém a matéria-prima indispensável para os investigadores explorarem os mais variados temas, razão pela qual nos pretendemos associar a outras entidades para realizar iniciativas que promovam o conhecimento da história regional e local do Alentejo.

É nesta ótica que este artigo surge, levantando o véu sobre um assunto pouco explorado pelos especialistas e desconhecido pela generalidade da população. A vinda de milhares de açorianos no século XVIII para o Alentejo não colhe a mesma visibilidade da colonização açoriana do sul do Brasil na mesma época, mas não podemos deixar de ficar imunes ao facto de muitos alentejanos terem raízes açorianas e não o saberem. Aliás, basta uma visita a Castelo de Vide para percebermos que o sotaque açoriano permanece no Alentejo. Para além disso, permanece o “mistério” sobre a origem da povoação de Arraiolos a que se dá o nome de Ilhas.

Os açorianos vieram para o Alentejo em resultado de uma política de povoamento levada a efeito por Pina Manique, Intendente-Geral da Polícia, havendo documentos que comprovam o pagamento das despesas inerentes ao transporte, alojamento e utensílios de trabalho. Sabe-se que foi a Coroa a financiar esta política mas desconhecem-se as razões que conduziram ao êxodo de tantas famílias, do mesmo modo que não se consegue determinar com detalhe quais as influências deixadas pelos açorianos que vieram para o Alentejo. Falta, ainda, saber em pormenor porque vieram os açorianos para esta região e não para outras, de que ilhas vieram, qual o peso relativo na população do Alentejo na época, que funções vieram ocupar para além da agricultura, como se integraram na sociedade e qual o seu papel na vida social do Alentejo setecentista e oitocentista.

As tentativas de povoamento do Alentejo, decorrentes da teoria da colonização interna, prosseguiram ao longo do tempo. Todavia, nenhuma teve o alcance desta migração conduzida por Pina Manique no crepúsculo do século XVIII quando Portugal detinha um vasto império colonial para onde haveria tanta necessidade de encaminhar gente.

Naturalmente que se trata de um assunto complexo e que todos os historiadores, investigadores e até genealogistas se deparam

Paulina Araújo Técnica Superior do Arquivo Distrital de Évora

1 Daniel de SÁ, 1992: 172.

2 Maria Beatriz Nizza da SILVA, 1999: 93.

3 Paulo Drumond BRAGA, 1999: 59.

4 Paulo Drumond BRAGA, 1999: 67-68.

5
<http://ilhasc.blogspot.pt/2012/07/edital-de-convocacao-aos-acorianos-para.html>,
Visto em 12-06-2014

6 Paulina Margarida Rodrigues ARAÚJO, 2013. Na Coleção: BIB - Formação Avançada - Teses de Mestrado - Universidade de Évora. Identificador: <http://hdl.handle.net/10174/10731>

7 Paulina Margarida Rodrigues ARAÚJO, 2013.

com dificuldades para chegarem à documentação relativa a este assunto. Aliás, que saibamos, não existe um fundo documental que testemunhe este assunto. Os dados que vão surgindo foram, principalmente, coligidos nos registos paroquiais, notariais e das habilitações “de genere”. Fazendo uma analogia com o caso brasileiro, como refere Maria Silva, “É difícil seguir o rasto dos ilhéus que embarcaram com destino ao Brasil, mesmo daqueles que migraram com a ajuda da coroa e sob o controlo das autoridades locais (...)”², pois não se sabe, com detalhe, quantos vieram e de que ilhas.

A emigração, enquanto escape a piores condições de vida, foi incentivada e controlada pelo Estado, servindo os objetivos definidos pela Coroa, fosse no império colonial fosse no Reino. Os Açores sobressaem como alforge de colonos prontos a embarcar para novas terras por desbravar ou abandonadas, como seria o caso do Alentejo. De acordo com Paulo Braga, “o Açoriano é, por natureza, professo à emigração”³, sendo impelido pelas limitações do arquipélago e compelido pelo poder político a cumprir a missão colonizadora. Paulo Braga refere ainda que “a emigração açoriana de setecentos revela como características fundamentais o peso do Brasil como destino preferencial, precisamente aquela que mais sujeita se achava à pressão militar fronteiriça espanhola. O Rio Grande do Sul e Santa Catarina surgiram, assim, como destinos preferenciais de uma emigração estimulada e dirigida pela coroa”⁴. Todavia, há que atender ao fenómeno migratório de milhares

de açorianos para o Alentejo no último quartel do século XVIII, pois essa fornada terá representado uma porção muito significativa da população açoriana. Assim, a par do Brasil, o Alentejo surgiu como destino dos açorianos no âmbito da política de povoamento estabelecida e comandada pela Coroa.

Abaixo mostramos o Edital de D. João V, de 31 de agosto de 1746, e a respetiva transcrição, no qual a Coroa transmite aos ilhéus as vantagens que oferecia aos casais que quisessem emigrar para o Brasil.

"El Rei, Nosso Senhor, atendendo às solicitações dos moradores das Ilhas dos Açores, que têm pedido mandar tirar delas o número de casais que for servido, e transportá-los à América, donde resultará às ditas Ilhas grande alívio em não ver padecer os seus moradores, reduzidos aos males que traz consigo a indigência em que vivem, e ao Brasil um grande benefício em povoar de cultores alguma parte dos vastos domínios do dito Estado, foi servido por Resolução de 31 de agosto do corrente ano, posta em consulta do seu Conselho Ultramarino de 8 do mesmo mês, fazer o benefício aos casais das ditas Ilhas, que quiserem ir estabelecer no Brasil de lhes facilitar o transporte e estabelecimento, mandando-os transportar à custa da sua Real Fazenda, não só por mar, mas também por terra, até lugares que lhes serão destinados para as suas habitações, não sendo homens de mais de 40 anos e não sendo as mulheres de mais de 30. E logo que chegarem a desembarcar no Brasil a cada mulher

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO 2013, Paulina Margarida Rodrigues, *Câmara Eclesiástica de Évora: Catálogo/Inventário*. Formação Avançada - Teses de Mestrado - Universidade de Évora.

BRAGA 1999, Paulo Drumond, *Migrações Açorianas em Setecentos. O Contributo das Fontes Inquisitoriais. Actas do Congresso Internacional Comemorativo do Regresso de Vasco da Gama a Portugal, 2º vol.* CNCDP e Universidade dos Açores.

COSTA 2000, Elisa Maria Lopes da, "A Planície Alentejana, um destino migratório de famílias açorianas em finais do século XVIII" in *Arquipélago História*, 2ª série, IV, n.º 2, pp. 187-208. Disponível on-line em: https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/311/1/Elisa_Costa_p187-208.pdf

SÁ 1992, Daniel de, *Ilha Grande Fechada*. Lisboa: Edições Salamandra.

SILVA 1999, Maria Beatriz Nizza da, *Açorianos das Ilhas de São Miguel e terceira na Colonização do Brasil. Actas do Congresso Internacional Comemorativo do Regresso de Vasco da Gama a Portugal, 2º vol.* CNCDP e Universidade dos Açores.

SITE WEB

<http://ilhasc.blogspot.pt/2012/07/edital-de-convocacao-aos-acorianos-pa-ra.html> Visto em 12-06-2014

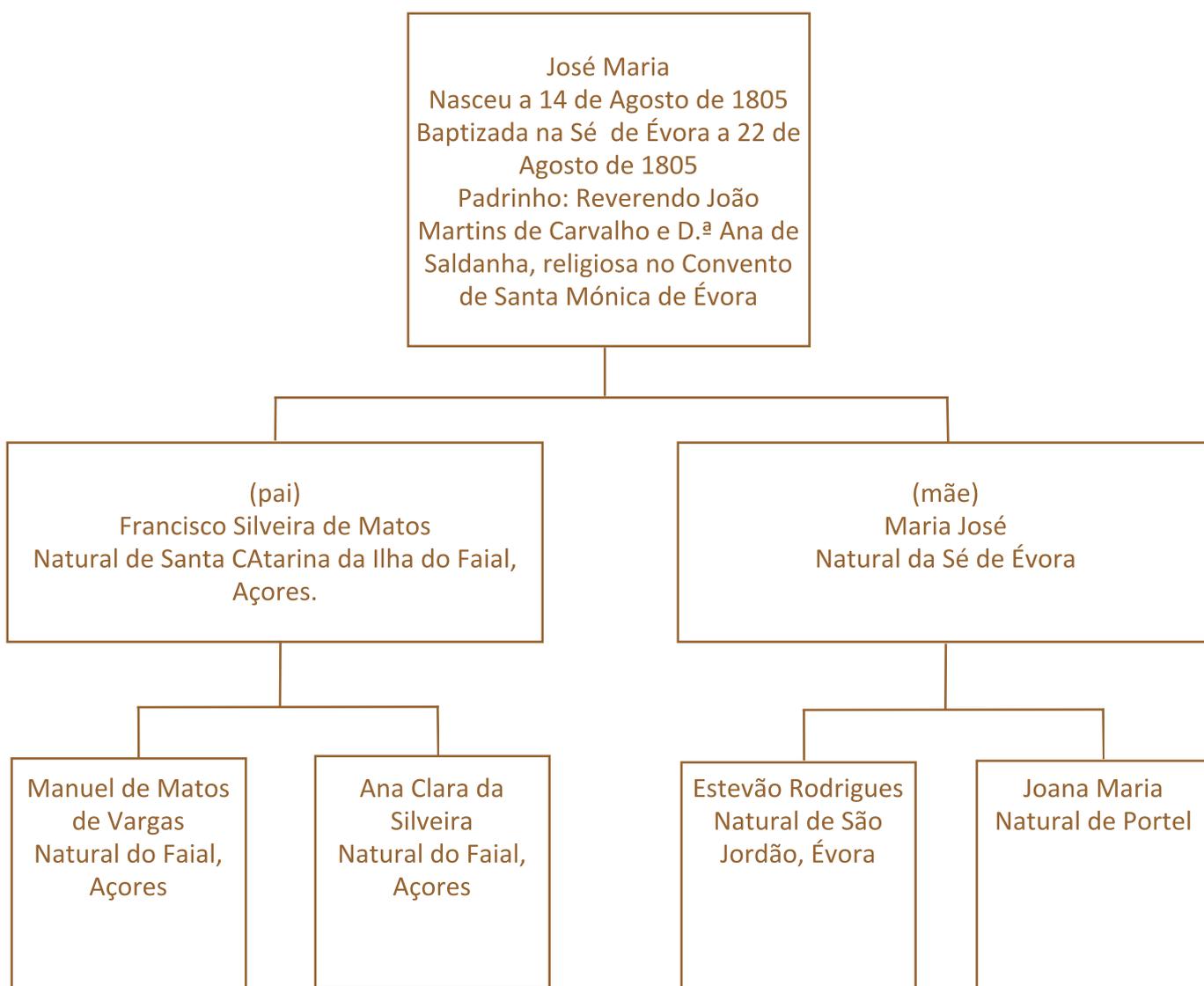
que para ele for das Ilhas de mais de 12 anos e de menos de 25, casada ou solteira, se darão 2.400 réis de ajuda de custo, e aos casais que levarem filhos lhes serão dados para vestir mil réis por cada filho, e logo que chegarem aos lugares que habitarão se dará a cada casal uma espingarda, 2 enxadas, 1 enxó, 1 martelo, 1 facão, 2 facas, 2 tesouras, 2 verrumas e 1 serra com a sua lima e travadeira, 2 alqueires de sementes, 2 vacas e uma égua, e no primeiro ano lhes será dada a farinha que entender bastar para o sustento,

que são três quartas de alqueire por mês para cada pessoa, assim dos homens como das mulheres, mas não às crianças que não tiverem sete anos, e aos que tiverem até 14 anos lhes serão dadas quarta e meia para cada mês.

Os homens que passarem por conta de sua majestade ficarão isentos de servir nas tropas pagas, no caso de se estabelecerem no termo de dois anos, nos lugares que se destinarem; aonde se dará: cada casal, um quarto de légua em quadra para iniciar sua cultura, sem que

se lhe levem direitos, nem salário algum por esta sesmaria, e quando pelo tempo adiante tenham família, com que possam cultivar mais terra, poderão pedi-la ao Governador do distrito, que a concederá na forma das ordens, que tem nesta matéria.

E aos casais naturais das Ilhas que quiserem ir deste Reino, por se acharem nele, serão feitas as mesmas conveniências. Como também aos casais de estrangeiros, que não forem escravos, que tenham domínios na América, a quem possam



passar-lhes. Aos que forem artífices será dada uma ajuda de custo conforme os requisitos que tiverem.

Todos aqueles que quiserem aproveitar do dito benefício nesta corte vão alistar-se de segunda a quinta-feira de tarde na casa do desembargador José da Costa Ribeiro, executor do Conselho Ultramarino que mora na rua de São José atrás da igreja da Anunciada.”⁵

Tal como aconteceu para o Brasil, haverá muitas semelhanças com o ocorrido no caso da migração para o Alentejo, embora com algumas especificidades.

O grande impulsionador destas migrações de ilhéus, como referimos acima, foi Pina Manique, com o propósito, supõe-se, de incentivar o povoamento e o desenvolvimento da agricultura no Alentejo. Começou pela Ilha do Faial e mais tarde estendeu estes benefícios às outras ilhas, tal como já havia sido feito em relação ao Brasil.

O conhecimento da vinda dos ilhéus tem vindo a ser incrementado, nomeadamente, através do contributo de genealogistas cujos estudos patenteiam as raízes insulares de muitas famílias alentejanas, como é o caso da família do Dr. João Malta, de Montemor-o-Novo, leitor assíduo do Arquivo Distrital de Évora, com ascendentes oriundos da Ilha do Faial que vieram para o Alentejo em 1787.

No que respeita ao nosso distrito, uma vez que os ilhéus foram distribuídos por todo o Alentejo, há registos que confirmam a vinda de 300 famílias para a cidade de Évora, da Ilha do Faial, por volta de 1784, como consta no processo de habilitação “de genere” de José Maria existente no Fundo da Câmara Eclesiástica de Évora, do Arquivo Distrital (PT-ADEV-VR-FE-DIO-CEEVR-A-012-01418), abaixo transcrito.⁶

“Diz João Maria, filho de Francisco Silveira de Matos e de Maria José, natural e baptizado na Santa Sé desta cidade, que tendo-lhe/ Vossa Santidade, feito a graça, de o admitir a Prima Tonsura e quatro/grais de Ordens menores se acha com diligências feitas da parte/ de sua mãe e avós maternos e porque o pai dele suplicante foi ba/tizado na freguesia de Santa Catarina da Ilha do faial, Bispa/do de Angra de onde também foram baptizados e são na/turais seus avós paternos, e saiu da sua Pátria há 35/ anos, que tantos há que assiste nesta cidade para donde veio em/ companhia de mais 300 famílias, que naquele tempo sua majestade/ fez transportar daquela ilha para esta mesma cidade/ e lhe fez a graça de os dispensar de habilitações e inde/pendentes da sua antiga Pátria e assim se tem practica/do, e porque é comum e constante a todos que seu pai dele/ suplicante é cristão baptizado assim como também seus/avós paternos e que sempre viveram com edificação/ sem nota alguma recorre

o suplicante a Vossa Ilustríssima pedindo-lhe que/ em atenção a ser remota a Pátria de seu pai/ e avós paternos, e a graça que sua majestade concedeu àquelas fa/mílias que para aqui transportou, seja servido dispen/sar a favor do suplicante mandando que se façam aqui as diligências co/mo Pátria comum de seu pai.//”

Para seu Ilustríssimo Reverendo Senhor Governador deste Arcebispado seja servido/ atender o referido e de servilhe co/mo humildemente supplica.//”

Depois de identificado o processo, confirmou-se a existência do traslado da certidão do batismo. Em conformidade com o que se encontra descrito quer na certidão, quer nas petições do suplicante José Maria, foi possível fazer uma pequena árvore genealógica sobre a origem da família.

Outro exemplo encontrado no Arquivo Distrital de Évora (Fundo da Câmara Eclesiástica de Évora, Seção H, Conventos) foi o processo de diligências para se professar em 1826, a favor de Maria José, no Convento de Santa Mónica da cidade de Évora. Também através da certidão do seu batismo foi possível recolher dados que permitiram elaborar uma pequena árvore genealógica (PT-ADEV-VR-FE-DIO-CEEVR-K/H/011-0072)⁷.

Estes dois casos confirmam a vinda dos ilhéus para o Alentejo nos finais do século XVIII e

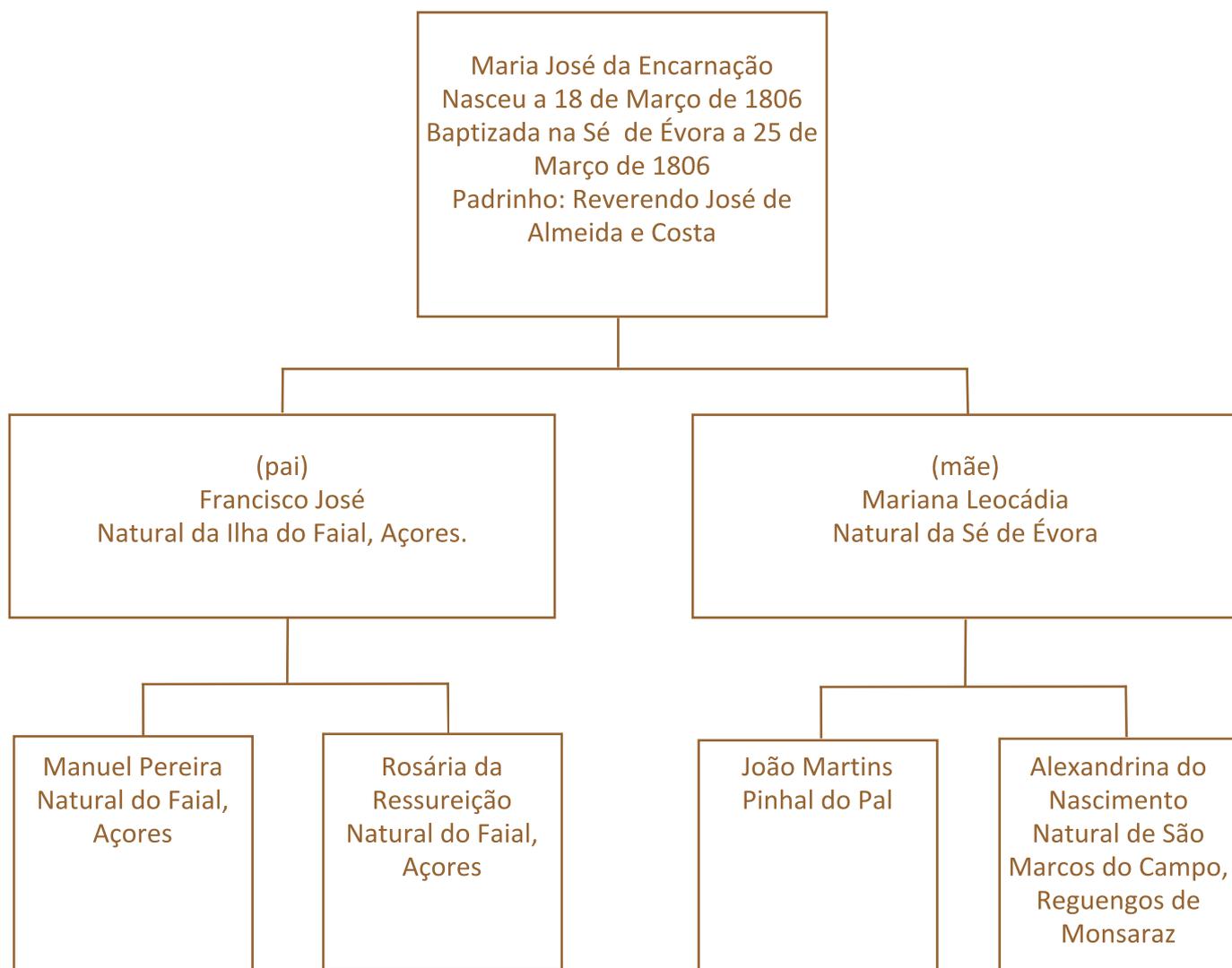
demonstram, aparentemente, uma relativa facilidade na integração destes no meio que os acolheu através de casamentos entre açorianos e filhos da terra, alguns deles possuidores de riqueza. Neste sentido, a chegada de colonos oriundos de territórios descobertos e povoados durante a Expansão Marítima do século XV, constitui um fenómeno a contrário da tendência normal de povoamento de territórios coloniais por reinóis. No presente caso, é a metrópole que é repovoada por população dos territórios colonizados ou povoados, revelando uma visão unitária

dos espaços sob a alçada da Coroa Portuguesa. Foi essa visão, aliás, que possibilitou a inversão, sem dramas, do centro do poder de Lisboa para o Rio de Janeiro quando a Família Real, fugindo aos Franceses, transferiu a capital do Reino para o Brasil.

O nosso artigo é mais uma achega no estudo das migrações açorianas, dando a conhecer um destino migratório, o Alentejo, cuja memória se perdeu ao longo do tempo mas que, nos finais do século XVIII, teve um grande peso. Urge, portanto, conhecer me-

lhor o que aconteceu de modo a recuperar as ligações entre estas duas regiões do país, tentando reconhecer o legado dos ilhéus nos locais onde se estabeleceram.

Aos historiadores, investigadores e genealogistas lançamos o desafio de estudar as manifestações culturais do Alentejo com o objectivo de nelas identificarem os traços açorianos das romarias, das festas em honra do Divino Espírito Santo, das festas em honra do Senhor Santo Cristo dos Milagres, do seu folclore, da sua gastronomia e da sua pronúncia.



HISTÓRIA DA
ASSISTÊNCIA
SOCIAL ARQUIVO
DA CASA PIA DE
ÉVORA

O Fundo Documental da Casa Pia de Évora

O fundo documental da Casa Pia de Évora está disponível para consulta ao público desde o dia 6 de Março de 2014. Foi divulgado na página electrónica do Arquivo Distrital de Évora através de uma publicação intitulada *Visita Virtual ao Fundo da Casa Pia de Évora*, e foi também publicado na página do Facebook.

A documentação deste Fundo foi organizada conforme o sistema orgânico e funcional da Casa Pia de Évora e foi ordenada por seções, subseções, séries e documentos. É constituído por 1354 registos processados e válidos, com cerca de 65 metros lineares e 1240 unidades de instalação.

A Casa Pia de Évora foi inaugurada em 11 de Agosto de 1836, embora o decreto de criação date de 27 de Outubro, e instalou-se no edifício do Colégio do Espírito Santo em Évora (atual Universidade de Évora e Arquivo Distrital de Évora), onde funcionou até meados do século XX. Esta instituição também foi designada por Real Casa Pia de Évora, desde 1887 até à Implantação da República, conforme despacho do Diário do Governo N.º 203 de 12 de Setembro de 1887, onde o Rei D. Luís I se auto-intitulou seu protetor.

Com o decreto da criação da Casa Pia de Évora foram extintas as instituições de caridade existentes em Évora e integradas na Casa Pia que lhe herdou, para além das pessoas recolhidas, as competências, o património e todo o espólio documental: Recolhimento de Nossa Senhora

da Piedade, fundado em 1587; Colégio de São Manços ou Colégio das Donzelas, fundado em 1592; Colégio dos Meninos Órfãos da Cidade de Évora, fundado em 1649 e o Recolhimento de Santa Maria Madalena.

Tal como é mencionado no artigo único deste decreto, a Casa Pia comprometia-se a recolher, sustentar e dar instrução primária, das artes e ofícios (fabris) aos “expostos e meninos abandonados d’um e doutro sexo do respectivo Distrito Administrativo e bem assim os filhos de pessoas indigentes, preferindo os que houverem feito serviços ou tiverem sofrido graves sacrifícios pela causa constitucional”. Estas crianças eram admitidas normalmente entre os 7 e os 10 anos de idade, até ao número máximo de 200 alunos (cem do sexo feminino e cem do sexo masculino), separados por dois colégios, o Colégio dos Órfãos que aqui funcionou até 1957, ano em que mudou de instalações para o extinto Convento de São Bento de Cástris, e o Colégio das Órfãs, que mudou de instalações em 1904 para o Convento Novo (extinto Convento de S. José), concedido por D. Luís I.

O ensino dos órfãos e órfãs da Casa Pia, segundo o art.º 41.º do Regulamento de 1887, baseava-se no “desenvolvimento das suas faculdades físicas, morais e intelectuais, habilitando-os ao asseio, ordem, obediência e aos exercícios corporais e espirituais, incutindo-lhes o amor ao trabalho e à economia, habili-

Francisca Mendes
Técnica Superior do
Arquivo Distrital de Évora

Site WEB
<http://adevr.dglab.gov.pt/2014/03/06/disponivel-para-consulta-o-fundo-da-casa-pia-de-evora>

tando-os à prática das virtudes morais e sociais, inspirando-lhes os princípios do bem, os ditames da honra e o amor de Deus”.

Este ensino dividia-se em duas grandes valências:

I) Ensino Escolar – abrangia a instrução primária para os alunos e alunas, exercícios militares, música, ginástica e desenho;

II) Ensino Profissional – por um lado, baseava-se nas lides domésticas para as alunas como cozinhar, lavar e engomar, costurar, lavoures e bordado de Arraiolos (havendo a salientar a oferta de um tapete de Arraiolos pelas alunas à Rainha D. Maria

Amélia, em 1904). Esta atividade foi bastante intensa e aperfeiçoou-se com a criação da Escola Industrial da Casa Pia de Évora, a partir de 1914. Por outro lado, destinava-se aos alunos, baseando-se nas oficinas de alfaiate, sapateiro, marceneiro, torneiro, carpinteiro e, mais tarde, encadernador.

Este tipo de ensino estendia-se também a alunos externos e oferecia formação nas áreas de funileiros, serralheiros, ferreiros, abegões, construtores de carros de madeira, alfaias e instrumentos agrícolas, fundidores de metais, tipógrafos e encadernadores.

Os tempos livres eram ocupados com várias atividades, nomeadamente, a Banda Marcial dos Órfãos da Casa Pia, que prestava serviço em vários eventos da cidade, o teatro e os torneios de futebol integrados pelo Sport União Casa Pia de Évora. Para além destas actividades, os alunos tinham ainda a possibilidade de participar na colónia balnear de Sines e na colónia de férias do Monte de São Pedro em Portel.

Para além dos órfãos e das órfãs, a Casa Pia de Évora prestava também assistência no recolhimento, na alimentação, na higiene e em cuidados de saúde, às pessoas mais velhas que comprovassem não ter meios de sub-



Recreio dos Alunos da Casa Pia, Colégio do Espírito Santo. Fotografia de Eduardo Nogueira, c. 1940-1950.

sistência, designadamente, cegos, pobres, desempregados e desvalidos. Para o acolhimento destas pessoas existiram vários asilos. O primeiro foi o Albergue Nocturno, localizado no Colégio do Espírito Santo desde 1887. O segundo, logo em seguida, foi o Asilo de Mendicidade, inaugurado em 1890 e instalado no Convento Novo, que deu lugar, a partir de 1902, ao Asilo de Cegos João Baptista Rollo, conforme o Regulamento Geral do Recolhimento-Escola e Asilo de Cegos, aprovado por despacho ministerial de 25 de Julho de 1902.

Pelo primeiro Regulamento orgânico-funcional da Casa Pia de Évora, de 27 de Outubro de 1836, aprovado pela Rainha D. Maria II, verifica-se que a figura de administrador era o expoente máximo, tendo sido o Padre Victorino de Santa Maria o primeiro administrador. Os restantes empregados eram: um tesoureiro, um escrivão, um comprador, uma cozinheira, um médico, um cirurgião, um barbeiro, um professor, um hortelão e vários mestres (costura, lavar e engomar, alfaiate, sapateiro, funileiro,

carpinteiro, malhador de ferro e ferreiro), regentes e sub-regentes dos Colégios dos Órfãos e das Órfãs e dois porteiros. Esta estrutura foi-se alterando e tornou-se mais sólida com o Regulamento de 17 de Março de 1887, aprovado pelo Rei D. Luís I, onde foi alterada a figura de administrador para provedor e foram criadas a tesouraria, a secretaria, o economato e a enfermaria.

A grande parte do património da Casa Pia de Évora foi transferida das instituições extintas acima referidas. Este património é proveniente de várias doações e dotes das recolhidas como, por exemplo, juros, rendas de casas, herdades, foros, hortas, vinhas, courelas ferragiais, lagares de azeite, quintas, olivais, prédios, azenhas e moinhos que se distribuíam por várias localidades do Alentejo: Monsaraz, Alcáçovas, Vimieiro, Avis, Arraiolos, Beja, Portel, Viana, Vila Nova da Baronia, Cano, Oriola, Montemor-o-Novo, Pavia, Alvito, Evoramonte, Estremoz e Borba. Todavia, com as leis de desamortização (1861-1866), que obrigaram a vender grande parte deste património

em hasta pública, a Casa Pia viria a sofrer uma elevada crise económica, em 1926, com um deficit de 130 contos, que foi superado com vários subsídios concedidos pelo governo, no valor de 397 contos, conforme consta do Diário do Governo Nº 12805, de 11 de Dezembro de 1926.

A Casa Pia de Évora continuou, até aos dias de hoje, a contribuir para a protecção e formação de várias gerações de jovens do distrito. A sua natureza assistencial e educadora podem ser testemunhadas na documentação existente no Arquivo Distrital, alguma dela reconhecida por antigos alunos, professores e funcionários que ainda frequentaram as instalações onde esta está guardada. A relação do Arquivo Distrital com a Casa Pia não é, portanto, superficial, mas profunda, tendo em conta que as memórias são conservadas no mesmo sítio onde os factos ocorreram durante mais de 120 anos (1836-1957).



Alunos da Casa Pia, Colégio do Espírito Santo, 1920.

REPÚBLICA PORTUGUESA



BOLETIM DE PASSAGEM DE CLASSE

Ensino Primário Elementar

Distrito Escolar de Évora

No dia 8 do mês de Julho de 1935,
nesta Escola Primária Elementar da Casa
Pia de Évora obteve
passagem da 3.ª classe Pedro José
Pita natural da freguesia
de Santo António,
concelho de Évora,
filho de Salvador Pita e de Maria A. Godinho,
com a classificação de 10 valores, pelo que se
lhe passou o presente Boletim.

O professor (a)

Vicente Rodrigues Pereira

(a) Director ou professor.



Dom Pedro, p^{ta} grata de S^o Rey de Portugal
f^o Balgarc, anos goncal
anos Lobo meu vasalo f^o C^o por my. Amte
tejo f^o diana Gaud. vy agrano que ho
fiegou, My patana monro forro my na rida
e hora p abono bu. du. p^o p^o thzam e
... ..

Visita o site em: adevr.dglab.gov.pt

Faz-te amigo do Arquivo Distrital de Évora em: www.facebook.com/arquivodistritalevora

Oficinas Educativas

O Arquivo Distrital de Évora organiza visitas guiadas e actividades pedagógicas para públicos de diversas faixas etárias.

Para marcações e inscrições contactar:

Arquivo Distrital de Évora
Largo dos Colegiais, nº 3 7000-803

Évora

Tel.: 266006600

Fax: 266705602

Endereço electrónico:

mail@adevr.dglab.gov.pt

Pesquisa

Por solicitação dos leitores, o Arquivo Distrital de Évora realiza pesquisas nos fundos arquivísticos a sua guarda.

Para informações e preços contactar:

Arquivo Distrital de Évora
Largo dos Colegiais, nº 3 7000-803

Évora

Tel.: 266006600

Fax: 266705602

Endereço electrónico:

mail@adevr.dglab.gov.pt

Reproduções

O Arquivo Distrital de Évora possui um serviço de fotocópias e digitalização de documentos.

Para informações e preços contactar:

Arquivo Distrital de Évora
Largo dos Colegiais, nº 3 7000-803
Évora

Tel.: 266006600

Fax: 266705602

Endereço electrónico:

mail@adevr.dglab.gov.pt



SECRETÁRIO DE ESTADO
DA CULTURA



ARQUIVO
DISTRITAL DE
É · V · O · R · A

DIRECÇÃO GERAL DO LIVRO, DOS ARQUIVOS E BIBLIOTECAS | ARQUIVO DISTRITAL DE ÉVORA

Largo dos Colegiais, nº 3, 7000-803 ÉVORA | Telefone: 266006600 | Fax: 266705602

Sítio na Internet: <http://adevr.dglab.gov.pt> | E-mail: mail@adevr.dglab.gov.pt

Coordenação: Jorge Janeiro | Design gráfico: Celso Mangucci

Colaboradores nesta edição: Jorge Janeiro, Paulina Araújo, Francisca Mendes, Maria Zozaya,
Hortênsia Menino, Célia Malarranha e Celso Mangucci.

ISSN 2183-3427